

MARIA LUCIMAR DA SILVA FREIRE

**O IMPACTO DA LEGISLAÇÃO NO ENSINO MÉDIO:
percepções dos professores de uma escola pública
brasileira**

Orientadora: Marisa Pascarelli Agrello

**Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração -
Instituto de Educação**

Lisboa

2019

MARIA LUCIMAR DA SILVA FREIRE

**O IMPACTO DA LEGISLAÇÃO NO ENSINO MÉDIO:
percepções dos professores de uma escola pública
brasileira**

Dissertação defendida em provas públicas na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, no dia 20 de novembro de 2019, perante o júri, nomeado pelo Despacho de Nomeação nº: 278/2019, de 6 de novembro de 2019, com a seguinte composição:

Presidente:

Prof. Doutor Óscar Conceição de Sousa

Arguentes:

Prof.^a Doutora Ana Benavente

Co-orientadora: Prof.^a. Doutora Isabel Rodrigues
Sanches da Fonseca

Orientadora:

Prof.^a Doutora Marisa Pascarelli Agrello

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração -

Instituto de Educação

Lisboa

2019

AGRADECIMENTOS

“Deus”, que sempre ao iniciar o meu trabalho invoco Seu nome. Pois é Ele que me ilumina a todo instante para enfrentar as dificuldades do dia-a-dia.

“Tiquinha”, minha mãe, (in memorian), que mesmo achando que esse curso iria me deixar mais sobrecarregada, continuou a acreditar na minha capacidade e responsabilidade. E, hoje ao concluir esse projeto tão sonhado, “Mestrado”, não está aqui conosco, para “saborear”, essa vitória.

Aos meus filhos, Émerson Petrarca, Iorrana e Pedro Lucas, que aguentaram firme durante esse tempo, com minha ausência de mãe, amiga, muitas vezes até dentro da nossa casa. É por vocês, e para vocês, meus filhos, saberem que sonhos se realizam, mas precisamos buscar a realização dos mesmos.

A você, Vandí, meu marido, a compreensão e a renúncia que muitas vezes teve para me acompanhar nos estudos realizados em outros setores e cidades, exercendo a função de motorista.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todos aqueles, que direta e indiretamente, proporcionaram-me a oportunidade de participar e concluir uma etapa tão importante na minha carreira profissional, que é o MESTRADO. Em especial, à escola pesquisada, a Escola de Ensino Médio de Várzea Alegre, ao Núcleo Gestor, alunos e aos professores, pela contribuição dos seus saberes teóricos e práticos.

À minha família, pelo apoio e incentivo, mesmo diante da minha ausência física.

Às colegas do Curso, professoras mestradas Liduina Sousa e Helângia, que uniram forças junto a mim para seguir adiante num projeto e propósito que para alguns é um tanto utópico.

A Ele, DEUS, que me segurou a todo instante, enchendo-me de coragem, entusiasmo, inspiração, perseverança, saúde e sabedoria para, mesmo diante das adversidades, seguir em frente.

À Professora Orientadora Doutora Marisa Pascarelli, pelo incentivo, apoio e parceria.

À Professora Co-orientadora Doutora Isabel Rodrigues Sanches pela orientação, ajuda e entusiasmo para a concretização desse trabalho.

Se estivesse claro para nós que foi aprendendo que percebemos ser possível ensinar, teríamos entendido com facilidade a importância das experiências informais, nas ruas, nas praças, no trabalho, nas salas de aula das escolas, nos pátios dos recreios, em que variados gestos de alunos, de pessoal administrativo, de pessoal docente, se cruzam cheios de significação (FREIRE, 2002, p.49).

RESUMO

A presente Dissertação tem como objetivo perceber o que os professores pensam sobre o impacto da Legislação do Ensino Médio, na escola pública em que trabalham. Inicia-se com o estudo, a partir da chegada dos Portugueses e Padres Jesuítas, passando então a analisar cada Século em que a Educação foi se desenvolvendo. Apresenta-se ainda a análise do papel da sociedade em relação à Educação e suas inovações. Tem como destaque a Constituição Federal – 1988; Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Nº 8.069/1990); as Leis de Diretrizes e Bases (Nº 4.024/61, Nº 5.692/71 e Nº 9.394/96); leis importantes, que tratam de contributos para a melhoria dentro das nossas escolas e consequentemente a tão esperada aprendizagem que é o resultado de uma Educação de qualidade. A pesquisa empírica foi feita através de entrevistas em que os professores entrevistados apresentam depoimentos do seu dia-a-dia na sala de aula nas diferentes disciplinas que compõem o Ensino Médio Brasileiro. Os resultados da análise das entrevistas apontam que a Escola precisa melhorar seus resultados, que a Legislação não condiz com a prática, principalmente no tocante a infraestrutura da Instituição no incentivo a compra de equipamentos tecnológicos, didáticos e pedagógicos.

Palavras-chave: Legislação; Ensino Médio; Escola Pública; Professores; Brasil.

Abstract

The impact of legislation in middle school. Perceptions of the teachers of a brazilian public school.

This dissertation aims at the perception of those who think about the impact of legislation in High School. It begins with the study, from the arrival of the Portuguese and the Jesuit Fathers, through an analysis each Century in which the Education was developing. It also presents an analysis of the role of society in relation to Education and its innovations. The Federal Constitution - 1988, the Statute of the Child and Adolescent (Law nº 8.069 / 1990), the Laws of Directives and Bases (nº 0424/61, nº5.692 / 71 and nº9394 / 96), important laws , This study was strings for children in the schools and consequently, the learning for a result of an Education of quality. The empirical research was done through the interview with the teachers who interviewed the testimonies of their daily life in the classroom in the different disciplines that compose the Brazilian High School. The results of the interview analysis indicate that there is not a school to improve the results, but rather a teaching practice, especially with regard to an institution to encourage the purchase of technological, didactic and pedagogical equipment.

Keywords: Legislation; High school; Public school; Teachers; Brazil.

LISTA DE ABREVIATURAS

ANL	– Aliança Nacional Libertadora
CEB	– Câmara de Educação Básica
CF	– Constituição Federal
CNE	– Conselho Nacional da Educação
EC	– Emenda Constitucional
ECA	– Estatuto da Criança e do Adolescente
ENEM	– Exame Nacional do Ensino Médio
ENADE	- Exame Nacional de Desenvolvimento dos Estudantes
FUNDEF	– Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
FIES	– Fundo de Financiamento Estudantil
IFET	– Instituto Federal de Educação Tecnológica
LDB	– Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC	– Ministério da Educação
MESP	– Ministério da Educação e Saúde Pública
PDE	– Plano de Desenvolvimento da Educação
PCNS	– Parâmetros Curriculares Nacionais
PNE	– Plano Nacional de Educação
PPP	– Projeto Político Pedagógico
SENAC	– Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SAEB	– Sistema de Avaliação para o Ensino Básico

ÍNDICE GERAL

AGRADECIMENTOS	3
DEDICATÓRIA	4
RESUMO	6
LISTA DE ABREVIATURAS	8
ÍNDICE GERAL	9
ÍNDICE DE APÊNDICES.....	10
INTRODUÇÃO.....	11
PARTE I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO	14
1. CONTEXTUALIZAÇÃO PANORÂMICA DA ESCOLA PÚBLICA DO BRASIL	14
1.1. <i>Dos Jesuítas ao Século XIX</i>	16
1.1.1. A Catequização.....	17
1.2. <i>A Educação no Século XIX</i>	21
1.3. <i>A Educação do Século XX</i>	23
1.4. <i>A Educação no Século XXI</i>	25
2. RESGATANDO O PERCURSO LEGAL QUE EMBASA O ENSINO MÉDIO NO BRASIL	28
2.1. <i>Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) - 1961</i>	30
2.2. <i>Constituição Federal – 1988</i>	31
2.3. <i>Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990)</i>	32
2.4. <i>Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBN nº 9.394/1996</i>	33
2.5. <i>Planos de Desenvolvimento da Educação (ano 2007)</i>	35
2.6. <i>Encontros e desencontros quanto aos requisitos legais para o ensino médio</i>	37
PARTE II – DA PROBLEMÁTICA AOS OBJETIVOS	48
1. PROBLEMÁTICA E QUESTÃO DE PARTIDA.....	48
2. OBJETIVOS DA PESQUISA	49
PARTE III – METODOLOGIA DA PESQUISA	51
1. TIPO DE PESQUISA	52
2. LÓCUS DA PESQUISA	53
3. SUJEITOS DA PESQUISA.....	59
4. TÉCNICAS DE PESQUISA	59
4.1. <i>A entrevista</i>	60
4.2. <i>Análise de conteúdo</i>	62
5. PROCEDIMENTOS PARA A RECOLHA E ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA	63
PARTE IV – APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	66
1. IMPACTO NOS RESULTADOS DAS AVALIAÇÕES	66
2. IMPACTO DA LEGISLAÇÃO NA MUDANÇA.....	69
3. TEORIA X PRÁTICA.....	71
4. DIFICULDADES NO TRABALHO DO PROFESSOR.....	73
5. ATUAÇÃO DO ESTADO	75
6. SUGESTÕES À ESCOLA PESQUISADA	78

CONSIDERAÇÕES FINAIS	82
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	86
APÊNDICES.....	93

ÍNDICE DE APÊNDICES

APÊNDICE 1 - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	93
APÊNDICE 2 – TERMO DE CONSENTIMENTO	94
APÊNDICE 3 - ROTEIRO DA ENTREVISTA	95
APÊNDICE 4 – TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS.....	97

INTRODUÇÃO

Atualmente, muito se fala sobre a Educação Brasileira, ao mesmo tempo em que se espera dela a resposta e solução para todas as injustiças e mazelas cometidas contra os menos favorecidos, principalmente. A Educação desde o início vem com esse objetivo, libertar os cidadãos.

O trabalho que ora é apresentado fala sobre a Educação Brasileira, fazendo alguns enfoques através do Enquadramento teórico sobre a Catequização, a Educação nos séculos XIX, XX e XXI, a Legislação que dá embasamento ao Ensino Médio Brasileiro e a problemática da pesquisa e seus resultados.

A pesquisa sobre o *Impacto da Legislação do Ensino Médio na Escola Pública Brasileira. Percepções dos professores de uma escola pública brasileira*, no município de Várzea Alegre, Estado do Ceará-Brasil. Este estudo percorre desde início da colonização do Brasil como forma de levar o leitor a perceber como a Educação Brasileira percorreu caminhos diversos para chegar aos dias atuais. A nossa educação em todo esse percurso teve a luta de grandes educadores que sonharam e sonham por uma educação de qualidade. A Educação Brasileira embora com suporte legal ainda necessita de muito estudo e mudanças.

Esta investigação dá uma atenção especial ao Ensino Médio, etapa essa que está incluída no âmbito da Educação Básica, de forma progressiva e obrigatória e nos faz reconhecer a importância política e social que possui. O Ensino Médio representa os três últimos anos da Educação básica, anos esses mais controversos dessa etapa, porque ainda não se tornou claro no momento de definir a política dessa etapa que ainda não tem uma identidade definida, apenas conhecemos como um trampolim para o Ensino Superior ou Formação Profissional.

A Educação do século XX ficou conhecida como tradicionalista e intelectualista, embora houvesse movimentos inovadores, buscando nova perspectiva para a Educação, exemplo disso é a Nova Escola com o intuito de Escola Pública Para todos. A Educação como direito social e humano, a partir do século XX passa a ganhar visibilidade, segundo Machado e Oliveira (2001) e foi nele que se assistiu à ampliação dos direitos que foram reconhecidos e

devem ser garantidos a cada ser humano. “Um direito social proeminente, como um pressuposto para o exercício adequado dos demais direitos sociais, políticos e civis” (MACHADO & OLIVEIRA, 2001, p.56).

Surge primeiro a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) de 1961 e novos horizontes se abrem para a Educação. Em 1950, Anísio Teixeira inaugura o Centro Popular de Educação, Carneiro Ribeiro em Fortaleza – CE. O educador Lauro de Oliveira Lima, cearense e, pela sua atuação na política educacional inicia uma didática baseada nas teorias de Jean Piaget (1950) conhecido como o método psicogenético o qual desenvolveu. Um método revolucionário, inspirado pelo pernambucano Paulo Freire, que alfabetizava em 40 horas sem cartilha ou material didático. A Ditadura Militar, durante 21 anos (1964-1985) foi um facto marcante no século XX, período em que 05 (cinco) generais governaram o Brasil, tendo como pauta a repressão, privatização do ensino, exclusão.

No século XXI, período em que o Ensino passa a ser avaliado por sistemas de avaliação para, de facto, ter através dos números os possíveis diagnósticos em que é possível analisar se uma aprendizagem é satisfatória ou não, como também apontar os factores críticos de aprendizagem. As principais Leis que norteiam a Educação Básica do Brasil são: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) (Nº 9.394/96), Plano Nacional da Educação (PNE) 2007, Constituição Federal (1988) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) 8.069/90. A Lei 8.069/1990 reforça a Educação integral da aprendizagem, além do espaço escolar.

A Educação, como prioridade, é destacada na Constituição Federal, através do artº. 205. Momento importante em que o brasileiro teve a oportunidade de ver “nascer” a primeira LDB- 4.024/61, a segunda LDB, 5.692/71, em pleno Regime militar, instituindo nos currículos a disciplina Moral e Cívica, Educação profissional e tornou o Ensino obrigatório dos 07 aos 14 anos. A terceira LDB, a de Nº 9.394/96, no seu art. 2º, refere-se à Educação como dever da família e do Estado. Muitas mudanças ocorreram neste período, como a questão das creches e pré-escola na Educação Infantil e formação para os profissionais. A Criação do PDE - Plano de Desenvolvimento da Escola (2007) prevê ações para a melhoria da Educação Brasileira. Os PCNs – Parâmetros Curriculares Nacionais (1998) trazem na sua redação o ensino contextualizado (cotidiano escolar e os principais conteúdos estudados).

O aparato legal sobre o Ensino Médio é constituído por: Diretrizes Curriculares (1996), os Parâmetros Curriculares Nacionais (1998), Regimento Escolar (1998), PPP (1996) e o Conselho de Educação (1995). Estes documentos buscam a democratização da Educação, através de alternativas que venham assegurar o aprimoramento e a consolidação da Educação Nacional de qualidade.

O facto de desenvolver o tema relacionado com a Escola de Ensino Médio prende-se com a preocupação em atender à inquietação dos profissionais que ali trabalham, diante da desmotivação dos alunos, dos rendimentos baixos, evasão e abandono significativo que fazem parte da atual realidade da instituição, *locus* da nossa pesquisa. Esses questionamentos e inquietações levam ao objeto desta pesquisa que é a apropriação e o impacto da legislação brasileira para o Ensino Médio. Está subjacente o desejo de recuperar a identidade da Escola que sempre foi “reconhecida” como uma escola referência no município. Então, o estudo tem como propósito: apontar possíveis soluções de ações que venham viabilizar o trabalho e os resultados da referida escola, em que é enfocada a educação através do estudo da legislação. Para isso, foi verificado o impacto da Legislação Educacional Brasileira na Escola de Ensino Médio de Várzea Alegre, trabalhando de forma reflexiva a Legislação e observando se ela ajuda ou prejudica nas práticas pedagógicas. Também focalizar nos planejamentos dos professores na Legislação Brasileira, refletindo as contribuições nas suas práticas. E assim na rotina escolar, dinamizar os estudos da Legislação Educacional Brasileira, com estudo das Diretrizes, PPP e Regimento Escolar dentro dos planejamentos e encontros pedagógicos.

Espera-se que esses escritos e transcritos sejam de grande utilidade para a Escola pesquisada e para posteriores estudos, porque as Leis são dinâmicas assim como a política do nosso país.

PARTE I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO

A primeira parte deste trabalho, procura de forma sucinta mostrar ao leitor uma trajetória por onde passou a Educação Brasileira, desde a chegada dos jesuítas com o descobrimento do Brasil e, em seguida, o trabalho de catequização. O ensino começa a ser ministrado de forma excludente, voltado para os “ricos”, com o decorrer da história chega também para as pessoas desprovidas de posses. A cada século que passa a educação tem avanços, tem novas descobertas. A legislação é algo primordial para torná-la democrática. É necessário refletir sobre esses enfoques para melhor compreendermos como aconteceu a história da nossa Educação.

1. CONTEXTUALIZAÇÃO PANORÂMICA DA ESCOLA PÚBLICA DO BRASIL

Este capítulo tem como objetivo esboçar de forma ampla a História da Educação Pública do Brasil. Ela se inicia após o descobrimento do Brasil, com a chegada dos padres jesuítas. Faz também uma pequena referência ao “minguado” financiamento da educação por parte da Coroa.

O primeiro estabelecimento de ensino público, em Salvador, era dispensável aos brancos que aqui residiam (em sua maioria, solteiros, missionários e degredados), e negada aos índios e negros, inexistindo naquele contexto, qualquer forma de financiamento à educação pública formal (MON LEVADE, 2001).

O primeiro momento ocorreu com a chegada dos jesuítas ao país, no ano de 1549, até o momento da expulsão em 1759.

Percebe-se que a Educação, desde os primeiros momentos da sua evolução, é “partidária”, exclui e nega aos menos favorecidos o direito de aprender, adquirir conhecimentos que venham a tornar um cidadão pleno.

O segundo momento é compreendido, desde a expulsão dos jesuítas até o fim da República Velha, em 1930. Caracterizado pela busca de fontes autônomas de financiamento para a educação, e por deixar a educação por conta das dotações orçamentárias dos governos estaduais e das câmaras dos municípios.

Os Padres Jesuítas contribuíram bastante na Educação Brasileira, no início da colonização, de forma precária, onde catequizavam os índios, negros e aqueles que estavam à margem da sociedade. As fontes de financiamentos para a Educação eram escassas.

O terceiro momento é conduzido até a legislação que antecede a carta vigente.

Os jesuítas lideraram as primeiras experiências de ensino no Brasil, nos Séculos XVI e XVIII.

A História da Educação no Brasil vem, desde o momento em que os europeus “puseram os pés” no solo brasileiro. Vinham com o propósito de caráter econômico e também religioso católico, visto que a primeira providência tomada pelo navegador Pedro Álvares Cabral foi organizar uma missa para comemorar a chegada às novas terras. Deve-se lembrar que a Igreja católica tinha o interesse em ocupar e evangelizar o Novo Mundo, pois naquele momento ocorriam transformações na Europa do Século XVI, momento em que religiões protestantes surgiram como uma alternativa em relação ao poder da Igreja Católica.

Diante dessas mudanças, a Igreja aprovou a concepção da Ordem de Jesus, em 1534, por Inácio de Loyola, com o objetivo de pregar e divulgar o Cristianismo nas Américas. Segundo ordem do rei Dom João III, chegaram ao Brasil em 1549, vários padres jesuítas, para propagar a fé católica, fundando colégios e missões pelo litoral e interior do Brasil.

Na metade do Século XVIII, aconteceu um duro golpe com a presença dos jesuítas no Brasil, onde foram expulsos pelo influente ministro Marquês de Pombal.

Embora esse episódio tenha acontecido, o legado dos padres jesuítas ainda se fez presente. Muitas escolas tradicionais, Instituições de ensino superior, encontravam-se nos mais diversos pontos do Território Brasileiro, administrados por setores dirigentes da Igreja Católica. Somente no Século XIX, foi que as escolas laicas passaram a ganhar espaço no cenário educacional brasileiro.

“Devemos olhar para a História da Educação pelo tripé de quem faz (o homem), o contexto e o produto (o que foi feito), sempre na perspectiva de entender o presente (GISELA WAJSHOP – diretora do Instituto Singularidades)”.

Muitos estudiosos defendem sua concepção sobre a História da Educação no Brasil.

Segundo Matos (2008), se há algo que no Cristianismo tenha uma influência imprescindível, esta é a educação. Para ele, se tirasse da aplicabilidade, perder-se-ia toda a

identidade inerente a tal concepção de mundo, pois é ela que preserva a essência histórica dos cristãos. Daí a razão de eles serem devotados como tarefa a preservá-la.

O que se percebe é que a EC (Educação Cristã) tem um papel muito importante na Educação Brasileira. Historicamente, a Educação no Brasil, ainda vai demorar muito a ser formal, ou seja, levar o povo a se adaptar a outra cultura ou dela retirar traços importantes, que venham melhorar seu dia a dia, assim como também contribuir de forma satisfatória na formação do seu povo.

Diante do exposto pode-se assim apresentar:

1.1. Dos Jesuítas ao Século XIX

Para Matos (2008), a responsável pela mudança na doutrina e postura da Igreja Católica Romana, no que se refere à Educação no mundo, foi a Reforma Protestante, pois ela além de “mexer” com a fé de muitos cristãos, conseguir adeptos para acompanhar sua doutrina evangélica. Como também provocou a Contra Reforma, ou seja, a Reforma dentro da própria Igreja Católica.

Com a chegada, do Governador-geral, em 1549, Tomé de Sousa, também chegaram muitos jesuítas, na função de basilares missionários e educadores, visto que o Brasil Colonial, enquanto sistema econômico, governado pelos portugueses proporcionavam esse tipo de “feito” jesuítico. Com apenas quinze dias de chegada, na cidade baiana, foi implantada uma escola que proporcionava aos que participavam a garantia de ler e escrever. Desde aquele momento iniciou-se e desenvolveu-se a criação de escolas elementares, secundárias como também seminários e missões. De 1549 a 1759, se espalharam pelo Brasil a fora, permanecendo até o momento em que são expulsos pelo Marquês de Pombal (COSTA *et al.*, 2009; OLIVEIRA, 2008; ARANHA, 2006).

Ocorreu durante 210 (duzentos e dez) anos de forma maciça a catequese para índios e para colonos e, novos sacerdotes a formação educacional, como também da elite intelectual. O poder desse grupo era tamanha que eles controlavam a fé e a moral dos moradores que residiam na nova terra. Isso em partes justifica a omissão e falta de iniciativa do nosso povo

que por muito tempo passou a ser submisso e controlado pela elite colonial (ARANHA, 2006).

Não foi fácil para implantar em terras estranhas e tribal, um Sistema de Educação, no tocante aos “colonizadores portugueses aventureiros”, que partiram de sua terra-mãe, para enfrentar uma nova terra sem a presença de seus familiares, com indivíduos com costumes e línguas diferentes, sem contar com os religiosos que os viam com hábitos incultos. Problemas também enfrentaram os jesuítas, embora tivessem uma boa instrução e formação, tiveram sérias dificuldades para se adaptarem ao novo mundo (BRAGA, 2013; ARANHA, 2006).

Eles, os jesuítas deixaram um grande legado no Brasil. Iniciaram no Estado Baiano, seus trabalhos de formação religiosa e educacional. Fundaram Colégios, exemplo o de São Vicente e, em 1554, o de São Paulo, dando origem à cidade de São Paulo. De forma conjunta eles iam realizando seus feitos. Com espírito empreendedor, Padre Manuel da Nóbrega, organizava as estruturas de ensino. Enquanto, Aspilcueta Navarro, aprendia a língua dos índios nas missões evangelizadoras. Não podemos esquecer-nos do noviço de 19 (dezenove) anos, José de Anchieta, que se destacou com sua obra apostólica. Ele, unido a Nóbrega e a Navarro, fizeram um brilhante trabalho (ARANHA, 2006).

Segundo Aranha (1996, p. 98), Azevedo, historiador brasileiro, se refere a esse trio citado acima como a “trindade esplêndida”, onde definia "Nóbrega, o político; Navarro, o pioneiro; e Anchieta, o santo".

Momento muito importante da História do Brasil, onde se destaca o trabalho da Companhia de Jesus, destacando-se Padres Jesuítas com grandes obras que ficaram marcadas no século XVI.

Para a catequese, a elaboração dos textos só seria possível, com o conhecimento da língua-tupi guarani, ficando sob a responsabilidade do Padre Anchieta a elaboração da gramática tupi (ARANHA, 2006).

1.1.1. A Catequização

A língua geral era a tupi-guarani, que se tornou comum, a ponto de ser propagada até nas tribunas, permanecendo por um bom período, mas isso veio a incomodar as autoridades

portuguesas. Temendo que ultrapassasse a língua nativa, buscaram logo uma forma de tornar a língua portuguesa de uso privativo (ARANHA, 2006).

Os índios curumins foram os primeiros a ser atraídos pelos ensinamentos dos padres jesuítas, visto que não tiveram êxitos com os adultos. Os curumins aprenderam a ler e a escrever no primeiro momento com os filhos dos colonos. O Padre Anchieta procura atraí-los através da música, teatro, diálogos em versos. Aos poucos, os meninos aprendem sobre moral e a religião cristã, através das apresentações e danças. Isso veio a resultar no antagonismo de valores da cultura nativa e do colonizador (ARANHA, 2006).

Para Aranha (1996), desde os primórdios da colonização indígena, eles são alvos das mudanças.

O sociólogo brasileiro contemporâneo Gilberto Freyre, na obra *Casa-grande e senzala*, diz que os primeiros missionários substituem as “cantigas lascivas”, entoadas pelos índios, por hinos à Virgem e cantos devotos. Não raro, os padres ridicularizam a figura do pajé e os ensinamentos da tribo, condenam a poligamia, pregando a forma cristã de casamento, e dessa maneira começam a abalar o sistema comunal primitivo. O facto é que, desde o início da civilização, o índio se encontra à mercê de três interesses, que ora se complementam e ora se chocam: a metrópole deseja integrá-lo ao processo colonizador, os jesuítas querem convertê-lo ao cristianismo e aos valores europeus, e o colono quer usá-lo como escravo para o trabalho (ARANHA, 2003, p. 101).

Diante das povoações destruídas, tribos inteiras foram aprisionadas no século XVII, inclusive as que foram administradas pelos jesuítas espanhóis, foram criadas missões, para diminuir os riscos nos trabalhos missionários. Embora o objetivo das missões jesuíticas ou reduções, fossem catequizar os índios, muitos eram escravizados (ARANHA, 2006).

Restringe a essa época dois planos educacionais. Um elaborado por Padre Manuel da Nóbrega, com a intenção de catequizar e instruir os índios e promover a inclusão dos filhos dos colonos, pois os jesuítas eram os únicos que promoviam a Educação no Brasil, e consequentemente, recebiam o apoio real na Colônia, estendendo também a essa educação os mamelucos, órfãos e os filhos dos colonos brancos em regime de externato. O plano do Padre Manoel da Nóbrega tinha como objetivo atender à multiplicidade de interesses e aptidões dos atores citados anteriormente. O interessante é que a instrução era optativa, ou seja, o indivíduo fazia a sua opção. Sobre canto e música instrumental, uma privilegiava o aprendizado profissional e agrícola e o outro de gramática. Desta forma, foi necessário desenvolver um plano educacional, sobre o qual serão descritos factos relevantes a seguir.

[...] ao analisar-se o primeiro plano educacional, elaborado pelo padre Manoel da Nóbrega, percebe-se a intenção de catequizar e instruir os indígenas, como determinavam os “Regimentos”, percebe-se também a necessidade de incluir os filhos de colonos uma vez que naquele instante eram os jesuítas os únicos educadores de profissão [...] (RIBEIRO, 2007).

De acordo com Ribeiro (2007), neste momento da História, há de se destacar, também, alguns pensamentos e intenções de Nóbrega, entre os quais estava o de recrutar os índios conforme as vocações que poderiam ter para o sacerdócio. Percebendo a falta da devida vocação, o padre sentiu a necessidade de propor um ensino profissional e agrícola para formar pessoal capacitado em outras funções vitais para o desenvolvimento da colônia. Mas essa situação não teve continuidade, pois logo chegaram os jesuítas, com uma doutrina já definida para sua implantação junto às pessoas na nova terra. Nóbrega tinha o propósito de recrutar índios para a vida sacerdotal, algo que parecia muito difícil, vendo apenas a condição para o Ensino Profissional e Agrícola.

O outro plano educacional era o “Ratio1”, que tinha por objetivo concentrar a programação nos elementos da cultura europeia. O que deixa claro é que o interesse em relação à instrução do indígena, não existia. A concentração de esforços era apenas aos filhos dos colonos em detrimento do índio, como também dos futuros sacerdotes em detrimento do leigo. Era assim a justificativa dos religiosos (VITO e MELO, 2016).

Observa-se que o trabalho dos jesuítas, nos planos educacionais teria objetivos diferentes. Porque na verdade os colégios fundados pelos jesuítas tinham como fim atender a elite colonial. Havendo assim uma contradição, pois no plano legal e, porque não dizer no ideal, era voltado para catequizar e formar os índios, já no plano real, do ponto de vista religioso. Segundo Ribeiro (2007), o trabalho de catequese atendia aos interesses da Companhia de Jesus, visto que no período da Reforma Protestante o Catolicismo foi bastante abalado.

Já no aspecto econômico, o interesse se tornava comum para ambos, tanto o colonizador, quanto da catequese, visto que o índio, tornando-se mais maleável, sociável, logo seria fácil o seu convívio como mão de obra.

A Educação Profissional também era realizada no domínio colonial. Ela era realizada através de trabalhos manuais em que os índios, negros e mestiços eram a mão-de-obra, eles

constituíam grande parte da massa trabalhadora colonial. Como mostra Ribeiro (2007), durante 322 anos, período em que o Brasil foi Colônia de Portugal, a educação feminina esteve submetida aos cuidados da casa, do marido e dos filhos. A instrução era reservada aos filhos homens dos indígenas e dos colonos. Esses últimos cuidavam dos negócios do pai, ou entravam para a Companhia de Jesus. Já as mulheres, brancas, ricas ou pobres, negras escravas e as indígenas não tinham acesso à leitura e a escrita.

Atualmente, ainda grande parte delas realizavam seus trabalhos apenas nos afazeres domésticos e na educação dos filhos, executando as regras de boas maneiras. Enquanto a massa fazia o trabalho braçal, o trabalho intelectual era voltado para a elite, seguindo o modelo religioso implantado por aqueles que representavam o catolicismo, mesmo que nem todos seguissem a carreira religiosa do sacerdócio. Tanto foi o apoio dado a Companhia de Jesus, que ela se tornou a ordem dominante, na Educação do Brasil na época. A religião, no caso da Igreja Católica, exercia um grande poder no campo educacional, embora alguns não possuir vocação religiosa, mas reconhecia que era a única forma de desenvolver a sua intelectualidade. A procura em determinado período, por os colégios religiosos foi maior, do que, o que eles tinham para oferecer, gerando problemas, com a conhecida “Questão dos Moços Pardos”, em 1689. Muito difícil para os pobres e negros participarem dessa educação, pois a classificação social era critério exigido para atribuir os graus acadêmicos.

Este componente religioso da elite colonial brasileira deve ser destacado juntamente com seu desejo de lucro fácil, ou melhor, rápido e abundante. E esta vinculação tem suas origens na própria História da Constituição da Nação Portuguesa, onde o guerreiro estava conquistando o seu próprio território, e depois outros infieis árabes, africanos e indígenas (RIBEIRO, 2007,p.24).

A política colonial apresentava aspectos que só beneficiava aos que pertencia a elite colonial, pois dentro das suas exigências, as oportunidades eram quase nulas para quem não se enquadrasse dentro das normas, ou seja, ricos, brancos. Tanto a formação intelectual, religiosa e econômica seguiam os mesmos rumos.

Soler e Ramos (2014) apresentam o seguinte plano:

- i. Uma orientação jesuíta universal que tinha por base a literatura antiga e a língua latina.

- ii. Uma necessidade de complementar os estudos na Europa, mais especificamente na Universidade de Coimbra.
- iii. A prerrogativa do trabalho intelectual em detrimento ao manual afastava os alunos dos assuntos e problemas relativos à realidade imediata, diferenciando-se da maioria da população que era escrava e iletrada alimentando a ideia de que o mundo civilizado estava ‘lá fora’ e serviria de referencial.

Soler e Ramos (2014) afirmam que a adequação proposta, apesar de positiva, não estava completa, pois o princípio geral tinha o intuito de formar o cristão-católico que não tivesse vínculos específicos com nenhuma espécie de governo civil. Esta situação juntando-se ao facto de que eram escolhidos os melhores alunos para estudarem Teologia para que no futuro pudessem se tornar membros da Companhia de Jesus fazia com que a maior beneficiada fosse exatamente a própria ordem religiosa.

1.2. A Educação no Século XIX

O século XIX, de acordo com Cambi (1999, p. 407), "é o século da Pedagogia", momento emblemático da luta de classes (entre burguesia e proletariado) que envolveu sociedade, cultura, economia e política. Esta situação acarretou uma radicalização das ideias pedagógicas e educativas, consolidando-as como ferramentas de controle social e do “projeto político e da própria gestão do poder (social e político)”

Com a chegada da Revolução Industrial e, conseqüentemente o desenvolvimento econômico a sociedade mobilizou-se, a burguesia e os diversos grupos que compunha o setor social melhoraram. E o ato de educar que até pouco tempo era atribuído a poucos passou a ser o mecanismo de controle para a independência do povo e também da burguesia.

Manacorda (2001) explica que é neste cenário, vislumbrado por entraves políticos e sociais, que é desenvolvido um conflito didático e pedagógico que envolveria burgueses conservadores e um proletariado que ansiava por mudanças. Esta batalha traz grandes influências a todas as esferas e níveis da educação, desde a instrução até as escolas infantis, elementares e secundárias.

Pontos importantes neste contexto pode-se elencar que foi a atribuição dada ao Estado que é poder acessar a instrução, e a outra foi a separação do Estado com a Igreja. Tais tensões dizem respeito à relação entre educação e sociedade, indicando que o debate pedagógico-educacional estava intrinsecamente ligado ao conflito sociopolítico, e ambos partem de contradições e são causadores de outras que ainda surgiram.

Entre o positivismo e socialismo, como entende Cambi (1999) tornou-se mais forte e explícita, a ideologização da pedagogia, em que apresenta como fator importante e fundamental a ideologia do século XIX. Reconhecendo a existência de uma pedagogia crítica, que faz referência às ideologias e as estruturas da sociedade moderna.

A sua reformulação, na construção da pedagogia é um dos pontos que merece destaque. Pois busca reformular o conhecimento científico e reorganizar tecnicamente escola enquanto Instituição social

Nas palavras de Cambi (1999), percebe-se de forma sintetizada, a definição da educação do Século XIX:

[...] bastante rico em modelos formativos, em teorizações pedagógicas, em compromisso educativo e reformismo escolar, em vista justamente de um crescimento social a realizar-se da maneira menos conflituosa possível e da forma mais geral (CAMBI, 1999, p.414).

Também se tornaram características do século XIX, o conflito entre teorias e a manifestação de pensadores como Hegel e Herbart, que eram contrários ao pensamento de Pestalozzi, Schiller e Froebel. Tal multiplicidade de ideias e teorias formaram o pensamento educacional em várias partes do mundo, sendo ligado às especificidades do contexto cultural ao qual pertenceriam (SOLER e RAMOS, 2014).

Outro aspecto relevante da pedagogia do século XIX é o surgimento da pedagogia científica e da experimental. Para Cambi (1999, p.498), esse acontecimento é enriquecedor por promoverem uma cisma com a filosofia e a política ao mesmo tempo em que as relacionam com a fisiologia, antropologia e psicologia. Tal prática proporciona à pedagogia a renovação dos seus conteúdos e métodos, fazendo uso do “paradigma científico, indutivo e experimental”.

O Século XIX, finalmente, foi marcado por uma série de tensões e crises. Os choques entre burguesia e proletariado geraram desacordos, contribuindo para o aparecimento das ‘bipolarizações’- esquerda, direita, internacionalismo e colonialismo. Acrescenta-se neste contexto, uma série de renovações no âmbito cultural, como o Idealismo e o Positivismo que passam a ter um distanciamento (SOLER e RAMOS, 2014).

1.3. A Educação do Século XX

A Educação do Século XX, diferentemente, da Educação do Século XIX, não teve muitos avanços. Ela se caracteriza como “Tradicionalista e Intelectualista”, porque buscava mudanças no sentido de tornar vivo e ativo o período. Em relação aos movimentos, eles sempre, foram inovadores na História da Educação, embora uns se sobressaíssem melhor dos que outros. Mas todos buscam uma melhor perspectiva na Educação que ora vigora. Esse século teve como característica marcante a busca por uma Escola em que a educação fosse integral, prática e ativa e, que os trabalhos manuais e o ensino fossem obrigatórios. As atividades todas voltadas para os alunos, visando assim estimular para o crescimento pedagógico (SOLER e RAMOS, 2014).

Os docentes, neste período, passam a expressar um pensamento liberal democrático, defendendo uma Escola Pública Para Todos, na busca de uma sociedade igualitária e sem prerrogativas.

A importância da educação do Século XX e todos os acontecimentos trouxeram para a Educação Brasileira melhoria e evolução. A necessidade de uma escola pública, gratuita foi aflorada pelos que dela participavam, e isso foi fortalecido com a implantação da indústria e do comércio. O que fortaleceu a educação exigências como profissionais diversificados e capacitados (SOLER e RAMOS, 2014).

Houve no Brasil, nos anos de 1930 e 1937, um dos maiores períodos de radicalização política, caracterizando-se, de forma consideravelmente rica na multiplicidade de projetos diferenciados para a sociedade brasileira. Uma nova política educacional para o país foi apresentada por esses projetos.

Quatro diferentes pensamentos sobre a Educação Brasileira surgiram neste período:

1. **Liberais** – com o objetivo de construir um país em bases urbana, industrial, democrática, tendo como base as teses gerais da Pedagogia Nova. Publicaram o “Manifesto dos Pioneiros de Educação Nova” (1932), com propostas de renovação e reformulação.
2. **Católicos** – defendiam a Pedagogia Tradicional, reagiram ao “Manifesto”. Foram contra as teses escolanovistas, indo até as últimas consequências. Na Constituição de 1934, organizaram a Liga Eleitoral Católica (LEC), como pressão para defender interesses católicos na Carta Magna.
3. **Governo** – de forma aparente apresentou uma posição neutra. Francisco Campos do Ministério da Educação e Saúde Pública (MESP) (1931). A intenção do ministro na época era aproveitar a contribuição de ambos os grupos.
4. **ANL (Aliança Nacional Libertadora)** – a entidade conseguiu a adesão de boa parcela das classes populares, com o propósito de formar uma frente anti-imperialista e antifascista (ARANHA, 2006).

Foi adotada uma nova Constituição, em 1946 no final do Estado Novo, apresentando caráter liberal e democrático. Ela contribuiu muito para a Educação de maneira geral. Regulamentou o Ensino Primário e o Ensino Normal, desenvolveu o SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, visando atender às mudanças exigidas pela sociedade Pós-Revolução de 1930.

A Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional foi bastante discutida de forma marcante na época. Muitas iniciativas ocorreram neste período, destacando como o mais “fértil” da História da Educação do Brasil, como expressam Soler e Ribeiro (2014).

Em 1950, em Salvador, no Estado da Bahia, Anísio Teixeira inaugura o Centro Popular de Educação (Centro Educacional Carneiro Ribeiro), dando início a sua ideia de escola-classe e escola-parque. Em 1952, em Fortaleza, Estado do Ceará, o educador Lauro de Oliveira Lima inicia uma didática tendo como base as teorias científicas de Jean Piaget: o Método Psicogenético. Em 1953, a educação passa a ser administrada por um Ministério próprio: o Ministério da Educação e Cultura. Em 1961, a Prefeitura Municipal de Natal, no Rio Grande do Norte, iniciou uma campanha de alfabetização (De Pé no Chão Também se Aprende a Ler). A técnica didática, criada pelo pernambucano Paulo Freire, propunha-se a alfabetizar, em 40 horas, adultos analfabetos. A experiência teve início na cidade de Angicos, no Estado do Rio Grande do Norte, e logo depois, na cidade de Tiriri, no Estado de Pernambuco. Em 1962 é criado o Conselho Federal de Educação, cumprindo o artigo 9º da Lei de Diretrizes e Bases. Este substitui o Conselho Nacional de Educação. São criados também os Conselhos Estaduais de Educação.

Seguidamente, teve-se a Ditadura Militar, fase marcante no Século XX, com a duração de 21 (vinte e um) anos, iniciando-se em 31 de março de 1964 e terminando em 1985, com a eleição indireta de Tancredo Neves, que faleceu antes da sua posse, e que assumiu o cargo de vice-presidente José Sarney.

Foi um período em que cinco Generais governaram o Brasil, e tinha como pauta em relação à Educação a repressão, privatização de ensino, exclusão de uma considerável parcela das classes populares do ensino profissionalizante, o tecnicismo pedagógico e a desmobilização do magistério por meio de abundante e confusa legislação educacional. Diante desse contexto, reforça-se a ideia de que este período não foi satisfatório para a Educação Brasileira (SOLER e RAMOS, 2014).

1.4. A Educação no Século XXI

A História atual do Brasil, como também a Educação Brasileira em particular é “recheada” de continuidades, descontinuidades, ou resultantes das mudanças ocorridas na economia, na estrutura do Estado, na sociedade civil e na constituição da cidadania. Desde os anos de 1950 até os primeiros momentos deste Século em foco, ocorreram muitas reformas institucionais:

- o SAEB - Sistema de avaliação para o Ensino Básico;
- o Enem- Exame Nacional do Ensino Médio;
- Os Exames Nacionais para os Programas de Graduação, conhecidos como “Provão” (SOLER & RAMOS, 2014).

Uma temática que se repete no Brasil em relação à Educação Pública é a de recursos. De acordo com a convicção de qualificados administradores estatais, é impossível fornecer um ensino de qualidade no Brasil, por menos de mil reais por aluno ao ano, o equivalente a cerca de trezentos dólares no início de 2003.

- O comprometimento é outro recurso importante, pois não pode haver uma melhoria significativa no ensino, em qualquer nível, sem a participação ativa e a emancipação dos professores dos níveis Fundamental, Secundário e Superior.

O ensino é algo que acontece através da interação cotidiana entre professor e aluno ou não acontece de forma alguma. O SAEB - Sistema de Avaliação para o Ensino Básico;

- O Enem- Exame Nacional do Ensino Médio;
- E os Exames Nacionais para os Programas de Graduação, conhecidos como “Provão”. E atualmente o ENADE (Exame Nacional de Desenvolvimento dos Estudantes). Esse exame avalia o rendimento dos estudantes dos cursos de graduação ingressantes e concluintes.

Uma temática que se repete no Brasil em relação à Educação Pública é a de recursos. De acordo com a convicção de qualificados administradores estatais, é impossível fornecer um ensino de qualidade no Brasil, por menos de mil reais por aluno ao ano, o equivalente a cerca de trezentos dólares no início de 2003 (SOLER & RAMOS, 2014).

Apesar dos avanços recentes da educação, através da informática, do ensino a distancia e assemelhados, para que o comprometimento aconteça existem três condições necessárias:

1. os professores e acadêmicos devem receber salários adequados e trabalhar com recursos adequados, dentro de um sistema adequado de incentivos e de recompensa;
2. as autoridades educacionais e os governos estejam trabalhando em favor deles e não contra.
3. todos sejam competentes e comprometidos com suas tarefas acadêmicas e intelectuais.

Percebe-se que as duas primeiras condições estão ligadas entre si e que o Brasil não consegue realizar o seu propósito. E a terceira condição é com certeza mais difícil de todas, pois é consequência da primeira e segunda (SCHWARTZMAN e BROCK, 2005).

Algumas mudanças ocorreram neste período para beneficiar principalmente os estudantes com alguma deficiência: Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (Resolução CNE/CEB nº 2/2001).

Plano Nacional de Educação – PNE, Lei nº 10.172/2001. Destaca-se que o grande avanço que a década da educação deveria produzir seria a construção de uma escola inclusiva que garanta o atendimento à diversidade humana.

Em 2001 - Convenção da Guatemala (1999) promulgada no Brasil pelo Decreto nº 3.956/2001 – As pessoas que possuem deficiência têm os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais, que as demais pessoas definem como discriminação com base na deficiência, toda a diferenciação ou exclusão que possa anular o exercício dos direitos humanos.

- Lei nº 10.436/02 – Língua brasileira de Sinais e reconhecida como meio legal de comunicação e expressão para os portadores de deficiência auditiva.
- Portaria nº 2.678/02 – aprova diretriz e normas para o uso, o ensino, a produção e a difusão do Sistema de Braille em todas as modalidades de Ensino.
- 2004 – Cartilha – O acesso de alunos com deficiência às Escolas e Classes Comuns da Rede Regular.

O Século XXI, embora seja um Século ainda em construção, percebe-se que algo já foi construído, principalmente em relação à Educação Inclusiva. Precisa-se ainda implementar e estruturar as escolas para que a inclusão aconteça de facto e de direito. Embora saibamos que não são as estruturas físicas que torna um “estudante incluído”. A inclusão requer uma mudança de postura dos profissionais e do próprio sistema. Outro fator que precisa estar atento é a questão dos recursos, para haver reformas e ampliações dos estabelecimentos de ensino, incentivos para os professores, garantindo assim um trabalho mais dinâmico e comprometido e, conseqüentemente um ensino de qualidade (SCHWARTZMAN e BROCK, 2005).

2. RESGATANDO O PERCURSO LEGAL QUE EMBASA O ENSINO MÉDIO NO BRASIL

Este item objetiva, entre outros fatores, elencar as leis que dão embasamento ao Ensino Médio no Brasil.

O Ensino Médio vive uma crise de identidade (e não só no Brasil). Isso em relação aos sérios problemas sobre a determinação de sua missão, de sua finalidade.

Compreende-se como Ensino Médio a etapa final da Educação Básica, que além do Ensino Médio engloba a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, com oito ou nove anos de duração. É papel da Educação Básica, a garantia da formação comum indispensável para o exercício da cidadania, a todos os brasileiros, e fornecimento dos meios para a progressão no trabalho e nos estudos posteriores. Dessa forma, os quatro principais documentos que norteiam a Educação Básica no Brasil, são: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado pelo Congresso nacional, em 26 de junho de 2014, Constituição da República Federativa do Brasil e o Estatuto da Criança e do Adolescente.

O movimento de acréscimo no Ensino Médio Nacional ocorre simultaneamente à globalização, ao desemprego, à crise da empregabilidade e ao aumento da competitividade.

Toda sociedade vive porque consome: e para consumir depende da produção. Isto é, do trabalho. Toda a sociedade vive porque cada geração nela cuida da formação seguinte e lhe transmite algo da sua experiência, educa-a. Não há sociedade sem trabalho e sem educação (KONDER, 2000, p.112).

O jovem atual tem a Educação Superior no seu projeto de vida, mas não exclusivamente: precisa do trabalho como estratégia para continuar os estudos. Na maioria das vezes, já atingiu um grau de estudo superior aos seus pais e, portanto, é capaz de alcançar significados que a geração anterior de sua família não teve. O atual aluno do Ensino Médio precisa ter um projeto de vida, que inclua o trabalho e a continuidade dos estudos ou, pelo menos, o trabalho (Guia Interativo de Informação Profissional e Educacional – GIIPE).

Por muito tempo, o ensino brasileiro tinha uma educação seletiva e elitista, pois só atendia a uma minoria, que era a classe mais abastada, para ingressar na Educação Superior,

aqui no Brasil ou fora dele. No início do século XIX, Cursos Superiores foram criados no país. Até este momento, não havia no Brasil um órgão exclusivo para responder, de forma exclusiva, pela Educação. Em 1930, na liderança do então governo Getúlio Vargas ocorreu transformações importantíssimas no sistema educacional, no comando do Ministro Francisco Campos, foi criado o Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública, hoje em dia conhecida como MEC – Ministério de Educação e Cultura.

Em 1932, um grupo de intelectuais, preocupados em elaborar um Programa de Política Educacional amplo e integrado, lançou o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, o qual tinha como redator Fernando de Azevedo e outros profissionais da educação, entre eles, Anísio Teixeira e Lourenço Filho. Tinham como proposta: o Estado organizar um plano geral de educação e definir uma bandeira de uma escola única, pública, laica, obrigatória e gratuita.

A sigla MEC surge em 1953, momento este que a saúde ganha autonomia e então surge o Ministério da Educação e Cultura. Até 1960, o sistema educacional brasileiro era centralizado e todos os Estados e municípios acompanhavam o mesmo modelo. Com a aprovação, em 1961, da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), os órgãos estaduais e municipais ganharam autonomia, com diminuição da centralização do MEC.

Em 1971, a Educação do Brasil se viu diante de uma nova LDB. O ensino passou a ser obrigatório dos 07 (sete) aos 14 (quatorze) anos. Prevvia-se um currículo comum para o primeiro e segundo graus e uma parte diversificada, em função das diferenças regionais.

O Decreto de nº 19.890 foi instituído em 1931 e, complementado pelo Decreto/Lei nº 4.244 de abril de 1942, a partir do qual foi criada a Lei Orgânica do Ensino Secundário que vigorou até 1971. Havia uma divisão entre ensino primário e secundário. Compreendido assim o primário por quatro anos, já o Ensino Secundário, duração de sete anos, Ginásio com quatro anos de duração e, Colegial com três anos, era assim a divisão na época. Para o individuo ingressar no Ensino Secundário, ou seja, Ginásio era necessário à aprovação em um Exame de Admissão.

A estrutura do ensino foi alterada com a Lei nº 5.692/71, o Ginásio e o Primário foram unificados, originando-se Primeiro Grau com oito anos de duração, e o que antes se chamava Colegial transformou-se em Segundo Grau, continuando com três anos de duração. Segundo essa lei, as escolas de Segundo Grau (hoje em dia, Ensino Médio) deveriam garantir uma

qualificação profissional, fosse nível técnico, quatro anos de duração ou auxiliar técnico, três anos.

Segundo Pinto (2002), o novo desenho do Ensino Médio tem por objetivo dar um caráter de terminalidade dos estudos, tudo isso indica que foi para reduzir a demanda para o Ensino Superior e, tentar amenizar o impulso das manifestações feitas pelos estudantes que exigiam um número de vagas nas Universidades Públicas.

Até 1982, foi à duração desta Resolução, implicando de diversas maneiras no Ensino Profissionalizante no Brasil. Os Cursos Técnicos foram multiplicados, mas a manutenção não possuía a qualidade original.

A redemocratização do Brasil e a Nova Constituição de 1988, Novas Diretrizes foram introduzidas, redesenhando a função da Escola e do Ensino Médio Brasileiro. De todas essas mudanças aconteceu à consolidação das Leis de Diretrizes e Bases para a Educação nº 9.394, de 1996, a oferta do ensino público foi ampliada, porém a questão de ampliação de recursos financeiros não teve a mesma proporção, tornando inviável o melhoramento na qualidade do ensino público brasileiro.

A legislação brasileira muito avançou nas últimas décadas para tornar a educação integral um direito de todos os cidadãos brasileiros. O Ensino Médio brasileiro tem um amparo legal através de algumas legislações entre elas:

2.1. Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) - 1961

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) define e regulamenta o sistema de educação brasileira com base nos princípios presentes na Constituição. Foi citada pela primeira vez na Constituição de 1934. Primeiro Projeto de Lei foi encaminhado pelo Poder Executivo ao Legislativo em 1948, e levou treze anos de debates até o texto chegar a sua versão final. A primeira LDB nº 4.024 foi publicada em 20 de dezembro de 1961 pelo presidente João Goulart, quase trinta anos após ser prevista, com as seguintes características:

- Dar mais autonomia aos órgãos estaduais, diminuindo a centralização do poder no MEC (art. 10);
- regulamentar a existência dos Conselhos Estaduais de Educação e do Conselho Federal de Educação (art. 8 e 9);
- garantir o empenho de 12% do orçamento da União e 20% dos municípios com a Educação (art.92);
- aplicar o dinheiro público não exclusivo às instituições de ensino público (art. 93 e 95);
- tornar a obrigatoriedade de matrícula nos quatro anos do ensino primário (art. 30);
- realizar formação do professor para o ensino primário no ensino normal de grau ginásial ou colegial (art. 52 e 53);
- realizar formação do professor para o ensino médio nos cursos de nível superior (art.59);
- tornar obrigatório o ano letivo de 180 dias (art.72);
- ministrar a disciplina Ensino religioso facultativo (art.97);
- permitir o ensino experimental (art.104).

A segunda LDB nº 5.692/1971 segue por outra versão em 1971, em pleno regime militar, um dos momentos mais críticos da história do Brasil. Foi instituída a Educação Moral e Cívico no Currículo. Ela também valorizava a Educação Profissional e instituía o ensino obrigatório dos 07 aos 14 anos. Outro ganho, segundo educadores, foi a criação dos Supletivos. Ela vigorou até a promulgação da mais recente LDB, a de 1996.

O Ministério da Cultura foi criado em 1985. Lei Federal de nº 8.490, de 19/11/92, transformou o MEC em 1992, no Ministério da Educação e do Desporto. Já em 1995, a instituição passou a ser responsável apenas pela área da educação.

2.2. Constituição Federal – 1988

Na Constituição Federal de 1988 contêm três artigos que fazem referência à Educação Integral. No artigo 205 da Carta Magna, a educação é apresentada como um direito humano promovido e incentivado pela sociedade. "A educação, direito de todos e dever do Estado e da

família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho".

Outro item importante está no artigo 206, que é sobre a Gestão Democrática do Ensino Público, o que também dialoga diretamente com a Educação Integral. Já o artigo 227 é o que mais responde ao conceito de Educação Integral, pois afirma que é dever da família, da sociedade e do estado assegurar, entre outros o direito, à educação.

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (CF/ 227 – EC).

Família, Sociedade e Estado são três elementos importantes e essenciais na educação da criança, adolescentes e do jovem, de forma prioritária, como também à saúde, alimentação, o lazer, a profissionalização, ou seja, são responsáveis diretos em toda a formação, viabilizando também a sua segurança e todo tipo de violência que estão presentes na nossa sociedade. Isto, segundo a Constituição Federal.

2.3. Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990)

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), promulgado em 1990, reforça também a Educação Integral em alguns artigos, mostrando o quanto é importante aprender além do espaço escolar.

O artigo 53º mostra que toda criança e todo adolescente têm direito a uma educação que o prepare para seu desenvolvimento pleno, para a vida em uma perspectiva cidadã e o qualifique ou a qualifique para o mundo do trabalho, assegurando lhes:

- I - Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - Direito de ser respeitado por seus educadores;
- III - Direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;

IV - Direito de organização e participação em entidades estudantis;

V - Acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência.

O Estatuto também traz o conceito de educação integral no artigo 59º, que diz que os Municípios, Estados e União devem facilitar o acesso das crianças e adolescentes a espaços culturais, esportivos e de lazer.

2.4. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBN nº 9.394/1996

A LDBN nº 9.394/96 é a legislação que regulamenta o sistema educacional (público e privado) do Brasil (da Educação Básica à Educação Superior).

A atual Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da educação foi aprovada em 1996 e, em sua composição, os artigos 34 e 87 dizem respeito à Educação Integral.

“Art. 2º. A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando e sua qualificação para o trabalho”.

A LDB é uma lei que trouxe diversas mudanças nas anteriores, como por exemplo – Creches e Pré-escola - Educação Infantil; Formação adequada dos profissionais da Educação Básica, como prioridade, tendo um capítulo específico para tratar do assunto.

A cada momento, a Educação Brasileira passa a garantir espaço, ainda em 1996, o Ministério da Educação criou o FUNDEF – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério. Os recursos para o FUNDEF vinham das receitas dos impostos e das transferências dos estados, do Distrito Federal e dos municípios vinculados à educação. Ele vigorou até 2006, sendo substituído pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB).

A Lei nº 11.645, em março de 2008, que instituiu a cultura afro-brasileira e indígena nos Ensinos: Fundamental e Médio, públicos e privados em todo território nacional e em todo currículo escolar, tem origem na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394/96, que seu quarto artigo determinou que os conteúdos pedagógicos devessem contemplar a

pluralidade das contribuições de diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, “especialmente as matrizes indígena, africana e europeia”.

Isso aconteceu após sete anos com o estabelecimento da Lei nº 10.639/2003, que esta preocupação com uma prática pedagógica voltada para as colaborações das etnias assumiria o teor sintonizado com os ideais das ações afirmativas, que o currículo escolar deveria ser incorporado “a luta dos negros, no Brasil” bem como a sua “contribuição nas áreas social, econômica e política”.

Com a Lei nº 11.645/2008, cinco anos depois, incluiu o segmento indígena como merecedor de ser contemplado: “(...) a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira, o negro e o índio na formação da sociedade nacional resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil (...)”.

Entende-se que estas leis são resultados de lutas, cobranças, reivindicações dos povos que representam a cultura negra e indígena no Brasil. Em algumas escolas, a figura do negro e do índio era comemorada sem, de facto, retratar a importância devida. Sem que houvesse verdadeiramente a essas figuras, dada o valor no sentido de reconhecer que o negro e o índio deram uma contribuição valorosa na economia, na cultura, da História do Brasil.

Segundo os autores Nascimento (2006), a África é o berço da humanidade e Clastres (2014) os índios deveriam ser compreendidos, não no contexto de uma sociedade cuja economia é de excedente, dentre muitos outros fatores a serem considerados. Segundo Elisa Larkin Nascimento em Introdução à História da África, a África é considerado o berço da humanidade e da civilização porque podemos verificar que passamos por ancestrais pertencentes a várias espécies do gênero *Australopithecus* e às espécies primitivas do gênero *Homo sapiens* ao homem moderno.

Já segundo Pierre Clastres o Ocidente classifica as sociedades indígenas como sociedades sem poder. Elas apresentam um chefe, mas este chefe é desprovido de poder coercitivo. Para o autor, o grande problema é que para pensar o poder nessas sociedades, a etnologia (estudo das etnias) parte sempre do poder político que se baseia na dicotomia comando-obediência.

Foram tomadas muitas iniciativas para ajudar os professores, como publicações de livros didáticos e paradidáticos, objetivando, escola / afro-brasilidade / indianismo, alterar o lugar tradicionalmente conferido às nossas matrizes étnicas (O ensino da Língua Portuguesa e a Lei nº 11.645/2008 – Norma Sueli Rosa Lima).

Toda a Educação Básica, da Creche ao Ensino Médio, passou a ser beneficiada com recursos federais. Um compromisso da União com a Educação Básica, que se estenderá até 2020.

Quase 80 (oitenta) anos, nessa trajetória de lutas que o Ministério da Educação busca promover ensino de qualidade. Com o PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação, lançado em 2007, o MEC vem reforçar uma visão sistêmica da educação, com a integração de ações, sem disputas de espaços e financiamentos. Para o PDE investir na Educação Básica significa investir na Educação Profissional e na Educação Superior.

A construção e concretização dessa unidade só serão possíveis com a participação conjunta da sociedade. Pais, alunos, professores, gestores, governantes envolvidos, a educação brasileira se tornará um compromisso para todos e uma conquista de todos.

2.5. Planos de Desenvolvimento da Educação (ano 2007)

O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) foi aprovado em 2007, no governo de Luís Inácio da Silva, com o objetivo de melhorar todas as etapas da Educação Básica no Brasil.

Aprovado em 2001, o Primeiro Plano Nacional de Educação (PNE), desde a redemocratização do Brasil, vigorou até 2010 e, dentre suas metas, propunha a meta II (sobre a Educação Fundamental) que previa um modelo de educação em turno integral para a modalidade de ensino. O instituto era universalizar o ensino e diminuir as taxas de retenção.

As escolas de tempo de tempo integral do PNE I (2001-2010) deveriam ser destinadas especialmente às crianças de família com baixa renda. O PNE previa também a ampliação da jornada escolar para sete horas diárias.

O PDE prevê várias ações que visam a identificar e solucionar os problemas que afetam diretamente a Educação Brasileira, mas vai além, por incluir ações de combate a problemas sociais que inibem o ensino e o aprendizado com qualidade. Diversas ações foram

previstas para serem desenvolvidas juntamente pela União, Estados e Municípios. As ações previstas são:

- Índice de qualidade
- Provinha Brasil
- Transporte escolar
- Gesto de ler
- Brasil alfabetizado
- Luz para todos
- Piso do magistério
- Formação – Programa Universidade Aberta do Brasil (Ensino Superior a Distância)
- Educação superior
- Acesso facilitado, FIES - Fundo de Financiamento Estudantil
- Educação Profissional, IFET – Instituto Federal de Educação Tecnológica
- Estágio
- Proinfância
- Salas multifuncionais
- Pós-doutorado
- Censo pela internet
- Saúde nas escolas
- Olhar Brasil (visão – óculos)
- Mais educação
- Educação especial
- Professor equivalente
- Guia de tecnologia
- Coleção educadora
- Concurso
- Acessibilidade
- Cidades – polo

- Inclusão digital

a) PCNs – Parâmetros Curriculares Nacionais

Nos últimos anos, o Ministério da Educação busca junto à sociedade, um grande esforço para transformar o sistema educacional brasileiro. O Ensino médio é parte da Educação Básica, é a parte da formação que o jovem terá para enfrentar a difícil realidade, com mais segurança.

O Ensino Médio passou por mudanças porque a sociedade, também passou e passa. As novas tecnologias, a mudança na produção de bens e principalmente a consolidação do Estado democrático, exigiram da escola, alunos integrados ao mundo contemporâneo, capaz de exercer a sua cidadania e ser inserido no mundo do trabalho.

Com a chegada dos Parâmetros, passamos a “ver” uma escola com outra “face”. O ensino passou a ser contextualizado, as disciplinas deixaram de ser isoladas. Com a interdisciplinaridade, elas se comunicam entre si. E o aluno percebe o seu contexto e a importância das Áreas de estudo e das disciplinas.

Os PCNs são um documento orientador quanto ao cotidiano escolar e aos principais conteúdos a serem trabalhados. É um subsídio para os educadores melhorarem sua prática educativa e sua atuação em sala de aula (BARROS, 2016).

2.6. Encontros e desencontros quanto aos requisitos legais para o ensino médio

Este tópico busca apresentar os Encontros e Desencontros quanto aos requisitos legais para o Ensino Médio, os quais serão apresentados de forma sucinta. Estes requisitos são: as Diretrizes Curriculares, os Parâmetros, Regimento Escolar, PPP e Conselho de Educação. A Legislação da Educação pode ser considerada como o Corpo ou Conjunto de Leis referentes à Educação, seja ela estritamente voltada ao ensino ou às questões de matéria educacional, como, por exemplo: a profissão de professor, a democratização de ou das mensalidades escolares. Segundo Martins (2002), esse é um Conselho jurídico-educacional da Legislação Educacional no Brasil, a partir do Novo Ordenamento Jurídico do país.

A Educação é o meio mais eficaz e correto para tirar o povo do desconhecimento. A Escola, por meio da Educação Formal, tem contribuído muito para amenizar o analfabetismo. Embora estejamos no século XXI, ainda não se percebe uma cidadania plena (MARTINS, 2002).

O professor, elemento fundamental e essencial na formação do alunado, precisa ser mais ativo e exigente, dentro do cumprimento do seu dever, do seu ofício para repercutir resultados exitosos da sua prática na escola, especialmente na sala de aula. Se ocorrer o cumprimento das leis educacionais por todos que compõe a comunidade escolar, a rotina da escola será outra bem melhor em relação à que existe.

A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, art. 2º tem como finalidade “o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Percebe-se que a Legislação, em alguns momentos, não teve o “seu valor real”, visto que a Legislação Educacional na prática não condiz com a teoria.

Muitas são as leis que foram criadas para regulamentar e legitimar a Educação Brasileira. Criar leis específicas para a educação no Brasil é ainda bem recente (BRASIL, 2011). A primeira Constituição Brasileira (1824) tratava de princípios gerais sobre instrução primária gratuita a todos os cidadãos, fazendo referências genéricas a respeito de Colégios e Universidades que ministravam Ciências, Belas Artes e Letras. A primeira Lei Orgânica do Ensino do Brasil foi criada em 15 de novembro de 1827, publicada, entretanto, praticamente irrealizável, por não haver professores para efetivarem os dispositivos.

Em 1827, foram criados pelo Decreto Imperial de 11 de agosto, os primeiros Cursos Jurídicos: um em São Paulo (Faculdade de Direito São Francisco) e outro em Olinda. Com o fortalecimento das Assembleias Provinciais para legislar sobre a instrução pública ou ainda as reformas Couto Ferraz (1854) e Leôncio Correia (1879), poucas mudanças ocorreram na estrutura educacional durante o Império.

A primeira Constituição Republicana de 1891 facultou, em seus artigos, atribuições aos Estados brasileiros para que organizassem seus sistemas educacionais, dentro das normas constitucionais previstas, cabendo à União, poderes específicos para legislar sobre a Organização Municipal do Distrito Federal, bem como sobre o Ensino Superior.

A partir de 1920, teve início em várias Unidades da Federação, movimentos de renovação educacional, inspirados na Escola Nova Europeia, sendo os mais significativos, a Reforma de Lourenço Filho no Ceará, em 1923; Reforma Anísio Teixeira na Bahia, em 1925; Reforma Fernando de Azevedo, no Distrito Federal, em 1928.

Com a Revolução de 1930, muita coisa foi renovada, principalmente, no aspecto educacional, o Ministério da Educação e Saúde foi criado nesse mesmo ano. Duas Reformas aconteceram nessa década, a do Ensino Secundário e a do Ensino Superior, por meio de dois estatutos, ambos de 11 de abril de 1931: o Decreto – Lei nº 18.951 - Estatuto das Universidades Brasileiras e o Decreto nº 18.952, que reorganizou a Universidade do Rio de Janeiro.

A Constituição de 1934 – Capítulo V, inciso II é destinado a regular especificamente a educação considerada direito de todos, devendo ser ministrada pela família e pelos poderes públicos.

A Constituição de 1937, inspirada em princípios centralizadores, restringiu a autonomia dos Estados, dando destaque ao Ensino Pré-vocacional e ao Profissional, considerando em matéria de educação, o primeiro dever do Estado, sobretudo, as classes menos favorecidas. O Ministério da Educação e Saúde expandiu-se, criando o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) – auxiliando os Estados no campo de Ensino Primário, integrado, em 1942, ao Fundo Nacional do Ensino Primário. Em 09 de abril, foi promulgada a Lei Orgânica do Ensino Secundário, pelo então Ministro Gustavo Capanema, a qual ficou conhecida por Reforma Capanema.

A Constituição de 1946 deu competência à União para legislar sobre Diretrizes e Bases de Educação Nacional, mantendo o Capítulo da Educação e da Cultura referido na Constituição de 1934. Os Estados voltam a ter maior autonomia para organizar seus sistemas educacionais, mantendo os dispositivos sobre o Ensino Primário Obrigatório, Oficial e Gratuito.

Em 20 de dezembro de 1961, foi criada a Lei nº 4.024, com base em dispositivo constitucional, que regula a competência da União, entendeu que a função de legislar sobre Diretrizes e Bases da Educação Nacional deveria constar de um único texto legal. Sendo assim, o poder executivo, em 1948, encaminhou ao Congresso o Projeto de Lei que originou

muitos, entre diferentes correntes educacionais, resultando na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de nº 4.024/61, a primeira a tratar especificamente da Educação Nacional, após 15 anos da promulgação da Constituição de 1946.

A Constituição de 1967, com as alterações da Emenda Constitucional nº 01, de 17 de outubro de 1969, manteve a atribuição da união de legislar sobre Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Assim, em 1971, o Congresso Nacional propõe alterações no Ensino de Primeiro e Segundo Graus e a LDB vigente, nº 4.024/61.

Em 11 de agosto de 1971, é criada a Lei nº 5.692/71, em meio a discussões na Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, onde numeroso grupo de representante de diferentes instâncias de todo Brasil é convidado pelo então Ministro da Educação e Cultura Jarbas Passarinho, a participar do “Curso de Especialização sobre o Ensino de 1º e 2º graus”, com a finalidade de se elaborar o anteprojeto da lei de reforma do ensino, a qual resultou na Lei nº 5.692/71, também conhecida como “Reforma Passarinho”.

Após o processo de abertura e redemocratização do país, em 1985, a Constituição de 1988, conhecida como Constituição “cidadã”, que tentou reformar a Educação brasileira.

A Constituição de 1988, por sua natureza, exigiu uma nova Lei para a Educação, nascendo a atual LDB de Nº 9394/96, de autoria do Senador Darcy Ribeiro e do também Senador Marco Marciel.

A Lei nº 9.394/96, considerada “uma prova de maturidade” no dizer do Presidente Fernando Henrique Cardoso, e uma redução na Educação Brasileira. Após 25 anos de vigência da Lei nº 5.692/71, a LDB busca o pleno desenvolvimento da pessoa humana e suas inovações caracterizam um projeto para a educação, que visa a mobilizar toda a sociedade brasileira acompanhada de uma clara vontade política de mudar.

O Capítulo III – da educação, da cultura e do esporte, na seção I – da educação, estabeleceu uma série de artigos que foram objeto de amplo debate, inclusive, sofrendo influência dos lobbies da iniciativa privada.

Sabe-se que todas essas decisões não foram fáceis diante das pressões e interferências de grupos que não queriam uma educação de qualidade para todos. Entretanto, o artigo 206 – “O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios”:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas;

VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;

VII - garantia de padrão de qualidade;

VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal. Esse artigo garantiu a gratuidade do ensino, promoveu o conceito de gestão democrática.

Por sua vez, o artigo 208 estabeleceu o então chamado Ensino Fundamental como obrigatório e gratuito, dos quatro aos dezessete anos prevendo a progressiva universalização da gratuidade do Ensino Médio e ao atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência. Percebe-se que cada artigo da Constituição de 1988 é bastante claro e define as instâncias, níveis de ensino e faixa etária que iria atingir dentro da educação brasileira.

O artigo 211 dá como incumbência à União, de organizar o sistema de ensino e prestar assistência às demais instâncias administrativas. Lembra-se que os municípios têm uma ação e atuação prioritária no Ensino Fundamental e na Educação Infantil; por outro lado, a atribuição dos Estados é a responsabilidade pela universalização do acesso ao Ensino Médio.

Já o artigo 212 estabelece:

A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo da receita resultante de impostos compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

A matemática, em relação à Educação, apresenta-se dessa forma: 18% para a União e 25% para Estados e Municípios.

A Lei de Diretrizes e Bases - LDB começou a ser discutida, a partir dessas normas ou parâmetros, chegando ao Legislativo em 1993, sendo aprovada, após debates e modificações, em 1996, através da Lei nº 9.394/96 de 20 de dezembro.

A grande novidade da LDB foi o conceito de educação voltado para a formação da cidadania, reintroduzindo nos currículos das Escolas de Ensino.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional explicita que o Ensino Médio é a etapa final da Educação Básica, o que concorre para a construção de sua identidade. Tal característica de terminalidade significa assegurar a todos os cidadãos:

- A oportunidade de consolidar e aprofundar os conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental;
- Aprimorar o educando como pessoa humana;
- Possibilitar o prosseguimento de estudos;
- Garantir a preparação básica para o trabalho e a cidadania;
- Dotar o educando dos instrumentos que o permeiam “continuar aprendendo”, tendo em vista o desenvolvimento da compreensão dos “fundamentos científicos e tecnológicos dos processos produtivos”.

Assim como as Diretrizes norteiam o Ensino em toda a Educação Básica, os Parâmetros Curriculares também têm essa função.

O Ensino Médio, antigamente, era trabalhado de forma contextualizada, compartimentada e baseada no acúmulo de informações. Atualmente, os PCNs orientam a Educação, para que se faça um trabalho contextualizado, evitando divisões e, ao mesmo tempo, incentivando a visão crítica dos alunos, bem como sua capacidade de aprender. Também direcionam os professores, a estes buscarem novas abordagens e metodologias.

O novo Ensino Médio, através do Ministério da Educação, promoveu um projeto de reforma do Ensino Médio, priorizando as ações na área da educação, baseado numa política de desenvolvimento social. Tudo isso, graças a Revolução Informática, que proporcionou mudanças radicais na área do conhecimento, estimulando a incorporação de novas tecnologias. A formação do aluno do Ensino médio ganhou uma “nova face”, a aquisição de

conhecimentos básicos, a preparação científica e a capacidade de utilizar as diferentes tecnologias relativas às áreas de atuação. Diante dessas mudanças, os professores receberam como propostas formar alunos que sejam capazes de pesquisar, buscar informações, analisá-las e selecioná-las e promover a capacidade de aprender, criar, formular, ao invés do simples exercício de memorização.

A elaboração da Reforma do Ensino Médio em uma nova concepção aconteceu com a participação de professores e técnicos de diferentes níveis de ensino. Professores de várias Universidades do país foram convidados, juntamente com a equipe técnica da Secretaria de Educação Média e Tecnológica, propuseram a reorganização curricular em áreas de conhecimento dos conteúdos, em uma perspectiva de interdisciplinaridade e contextualização. A elaboração da reforma foi concluída em junho de 1997. Resultado de uma série de discussões internas envolvendo todos os representantes da educação, embasados na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

O Ensino Médio, como etapa final da Educação Básica, de forma articulada deve oferecer uma educação equilibrada para todos os educandos.

A organização do Ensino Médio, através da Reforma Curricular, dividiu o conhecimento escolar em áreas – Linguagens, Códigos e suas Tecnologias, Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias e Ciências Humanas. Com a Reforma no Ensino Médio, o currículo passou a contemplar a realização de atividades, nos três domínios da ação humana: a vida em sociedade, a atividade produtiva e a experiência subjetiva, integrando homens e mulheres no mundo das relações políticas, do trabalho e da simbolização subjetiva (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2000).

Isso resultou nos quatro eixos estruturais da educação na sociedade contemporânea: "aprender a conhecer; aprender a fazer; aprender a viver e aprender a ser".

As escolas devem construir suas propostas educacionais para a sociedade, como é o caso do Projeto Político Pedagógico (PPP), o Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE) e o Regimento da Escola (RE), através do Planejamento Escolar.

Segundo Masetto:

Planejar uma escola é definir claramente suas metas e seus objetivos educacionais: o que pretende que seus alunos aprendam enquanto conhecimentos, habilidades e atitudes; para que pretende formar seus alunos; que cidadão quer formar; como vê seu papel nessa formação. Enfim, a escola vai adquirir sua filosofia de educação e as diretrizes básicas que orientarão sua atividade educativa (1997, p.77).

O planejamento deve ser elaborado na Escola, de forma coletiva, prevendo diretrizes e realizações administrativas, pedagógicas e financeiras, em conformidade com os anseios da comunidade escolar e os objetivos traçados no planejamento do sistema educacional a que pertence.

Com a Constituição de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases, nasceu o PPP, para dar autonomia às escolas na elaboração da sua própria identidade. É o referencial de qualquer instituição. O Projeto Político-Pedagógico deve estar inserido no âmbito do planejamento escolar, e representa o desafio à comunidade escolar para se lançar no esforço coletivo e amoroso de construir uma proposta e uma identidade para escola.

Por isso, o projeto “não se constitui na simples produção de um documento, mas na consolidação de um processo de ação-reflexão-ação, que exige o esforço conjunto e a vontade política do coletivo escolar” (VEIGA, 2001, p. 56).

Os sujeitos pedagógicos terão um esforço conjunto, isso passa a ser crucial, pois a finalidade desse projeto (PPP) consiste em rever e recompor a identidade da escola, que nunca está pronta e finalizada, porque sofre com a ação do tempo, das experiências, das interações, gerando assim, aprendizagens, lições e posturas nos sujeitos, também construtores diários de suas identidades, de suas culturas.

Isso significa que se faz necessário uma mudança substancial na cultura do sistema e, conseqüentemente, das instituições escolares, tanto na lógica, quanto na forma de programar o funcionamento do trabalho pedagógico. Essa mudança de cultura não se dá por modelos administrativos impositivos, mas de acordo com Pérez e Junqueira, requer:

O envolvimento voluntário e pessoal de cada indivíduo, que desde seu singular ponto de partida intelectual, afetivo e social há de utilizar as novas informações e experiências que se oferecem para reconstruir, de forma consciente, seus esquemas de pensamento, sentimento e atuação (PÉREZ e JUNQUEIRA, 2002, p.139).

Para tanto, torna-se indispensável o envolvimento ativo e consciente da comunidade escolar em todas as decisões e encaminhamentos operacionais, a fim de que possa exercitar, compreender e lutar em nome da democracia, da autonomia e da participação nos processos de gestão da escola, do ensino e da aprendizagem.

Sobre o envolvimento dos diferentes segmentos escolares, é necessário que de forma conjunta, sejam decididas as normas e critérios de participação, assim como as estratégias usadas para viabilizar as decisões que serão tomadas, desde a gestão do projeto até seu redimensionamento, porque o trabalho pedagógico congrega, contempla dimensões, funções e desafios diversos (Colunista-Portal da Educação).

Três aspectos são fundamentais para a operacionalização da produção do Projeto Político-Pedagógico:

- a) O primeiro aspecto é a clareza do perfil do aluno que se deseja atingir, pois este aspecto representa o ponto de partida e de chegada da escola.
- b) O segundo aspecto está relacionado aos princípios norteadores do PPP que conduzirá à concretização do ideal de formação citado acima.
- c) E o terceiro atento para a importância de conhecer e valorizar a singularidade da escola, enquanto referencial para o seu redimensionamento.

Percebe-se que o PPP é peça fundamental no planejamento das instituições de ensino, em seus vários níveis e modalidades. É o PPP que irá demonstrar o que a Escola idealiza, quais metas e objetivos e quais os possíveis caminhos para atingi-los. No Brasil, intensificou-se a elaboração de Projetos Políticos Pedagógicos, após seus artigos 12, 13 e 14 estabelecerem a obrigatoriedade de uma proposta pedagógica para as escolas de Educação básica, tendo como papel principal a formação da cidadania.

Um projeto só pode ser construído, a partir dos seus objetivos. Tem que ter um sentido explícito, de um compromisso coletivo, e no caso da escola um compromisso coletivo.

Não se constrói um projeto sem uma direção política, um norte, um rumo. Por isso, todo Projeto Pedagógico da Escola é também Político, o Projeto Pedagógico da Escola é, por isso mesmo, sempre um Projeto Inconcluso, uma etapa em direção a uma finalidade que permanece como horizonte da Escola (GADOTTI, 2000).

Um conjunto de documentos propôs avanços na Educação Brasileira como o Conselho Nacional de Educação. O CNE tem por missão a busca democrática de alternativas e mecanismos institucionais que possibilitem no âmbito de sua esfera de competência, assegurar aprimoramento e consolidação da educação nacional de qualidade.

O Conselho de Educação tem as seguintes atribuições: normativas, deliberativas e de Assessoramento ao Ministro de Estado da Educação no desempenho das funções e atribuições do poder público federal, em matéria de Educação, zelar pela qualidade do ensino, velar pelo cumprimento da legislação educacional e assegurar a participação da sociedade no aprimoramento da educação brasileira.

A primeira tentativa de criação de um Conselho na estrutura da administração política, na área de educação, aconteceu na Bahia, em 1842, com funções similares aos “*bords*” ingleses e, em 1846, a Comissão de Instrução Pública da Câmara dos Deputados propôs a criação do Conselho Geral de Instrução Pública.

A ideia de um Conselho Superior, somente seria objetivado em 1911, (Decreto nº 8.659, de 05/04/1911) com a criação do Superior de Ensino.

A ele seguiram-se o Conselho Nacional de Ensino (Decreto nº 16.782 – A, de 13/01/1925), o Conselho Nacional de Educação (Decreto nº 19.850, de 11/04/1931) e, novamente, Conselho Nacional de Educação (MP nº 661, de 18/10/94, convertida na Lei nº 9.131/95).

O atual Conselho Nacional de Educação foi instituído pela Lei nº 9.131, de 25/11/95, com a finalidade de colaborar na formulação da Política Nacional de Educação e exercer atribuições normativas, deliberativas e de assessoramento ao Ministro da Educação.

Ao longo da trajetória da Educação Brasileira, ela tem sido influenciada pelas transformações sociais, econômicas, políticas, históricas e culturais pelas quais o Brasil tem passado desde a Monarquia Colonial até a Democracia atual.

Durante esse período, a educação no Brasil passou por inúmeras reformas. Muitas delas não foram consolidadas, ficaram apenas na teoria.

“Sem educação não existe cidadania”. É necessário um trabalho de reconhecimento e valorização dos direitos e deveres do cidadão para que eles sejam respeitados e cumpridos, já que o seu exercício não ocorre de forma automática.

A cidadania não é um discurso, precisa ser vivenciada para ser incorporada pelo grupo, incluindo o facilitador. A cidadania é construída no exercício das pequenas coisas do cotidiano, abrangendo não apenas os direitos, mas também os deveres, gerando compromisso, responsabilidade e participação.

É importante estimular o protagonismo juvenil como exercício da cidadania, envolvendo o adolescente na discussão e resolução de problemas concretos do seu cotidiano, assim como nas questões de interesse coletivo, incentivando sua participação em associações e em movimentos sociais mais amplos.

Sem esse espaço de descoberta e experimentação social, a transição do adolescente para o mundo adulto se faz sem práticas e vivências fundamentais para o desenvolvimento da sua consciência ética e do seu compromisso cidadão.

Ser cidadão significa estar na vida e no mundo, sentindo-se parte integrante do gênero humano, peça singular do quebra-cabeça da História, participante ativo do esforço de mudança da sua realidade social, deixando por onde passa sua marca. É mais que sobreviver, é mais que viver com prazer, é gozar da existência.

Diante de todo esse estudo, a Escola de Ensino Médio necessita de um trabalho mais “envolvente”, transformador. Como diz Paulo Freire, “a educação é uma forma de intervenção no mundo” (2011, p. 110).

Então é preciso que a escola, enquanto instituição social assuma seu papel de transformadora, que seus objetivos, sua função e metas possam sair da teoria e passem a vigorar na vida dos educandos. Que as leis que regem e regulamentar o funcionamento da escola sejam colocados em prática. Que a Comunidade Escolar realmente faça uso do seu papel, que é ser parceira na tomada de decisões, nas transformações que o próprio sistema educacional proporciona. Mas, que a sua autonomia não se perca diante das adversidades e desafios que a educação brasileira ora atravessa.

PARTE II – DA PROBLEMÁTICA AOS OBJETIVOS

1. PROBLEMÁTICA E QUESTÃO DE PARTIDA

Leal (2002, p. 230), conceitua o problema de pesquisa da seguinte forma:

Nem todos os problemas com que nos deparamos se prestam necessariamente à pesquisa científica. Um problema de pesquisa supõe a possibilidade de buscar informações a fim de esclarecê-lo, compreendê-lo, resolvê-lo ou contribuir para sua solução. Um problema de pesquisa, portanto, não é um problema que possa ser resolvido pela intuição, pelo bom senso ou pela simples especulação.

Resolver problemas é algo inerente ao ser humano. De acordo com Pádua (1997), a pesquisa é uma atividade voltada a responder as questões que brotam de inquietação diante da realidade, conducente à elaboração de um conhecimento novo, que auxilia na sua compreensão. E é nesse propósito que a pesquisa veio de encontro às dúvidas, questionamentos e inquietações, por parte dos professores que fazem parte da escola pública brasileira, *locus* da pesquisa. O porquê da Escola que tinha uma história de sucesso e de acertos e que com o decorrer do tempo foi mudando essa realidade. E a investigação para essa busca se deu a partir da Legislação que embasa o Ensino Médio, já que a Escola trabalha com exclusividade essa etapa da Educação Básica.

Para Bagno (2007), a palavra “pesquisa” significa “perquirir”, palavra que tem origem no latim e significa procurar, buscar com cuidado, procurar em toda parte, informar-se, inquirir, perguntar, indagar bem, aprofundar na busca. A pesquisa faz parte do nosso dia-a-dia, segundo o autor citado acima, porque se formos comprar um objeto e compararmos o preço com outro produto similar estamos comparando, fazendo pesquisa. Ela também está presente na Ciência e em toda evolução tecnológica, sem ela o mundo não conheceria tantas descobertas.

A Legislação Brasileira Educacional, ainda não é vivenciada por diretores, professores e demais membros que compõem a escola de forma satisfatória, visto que a compreensão não acontece da mesma forma para todos. Acreditamos que, por não ter um caráter prazeroso em relação à sua redação, à sua leitura, ou mesmo por falta de conhecimento. As Leis de modo

geral, não são as preferidas dos leitores, pelo facto de difícil acesso, compreensão e de pouca prática.

E, como Instituição Social, a Escola é regida por Leis. Por isso, nas suas atividades diárias, utilizam-se das leis nas suas consultas, elaboração de Regimentos, aprovações e emissões de documentos necessários para seu funcionamento e da vida escolar dos seus alunos. Se a Legislação não for bem utilizada e praticada, cairá na famosa acomodação que é tão notória em alguns cidadãos.

Em uma pesquisa, a mais importante e primeira decisão para planejar a revisão sistemática é saber o foco. Segundo Castro (2001), a pergunta é essencial para determinar a estrutura da revisão e perguntas mal elaboradas costumam conduzir a revisões sistemáticas igualmente mal elaboradas.

A Pergunta ou Questão de partida que fizemos para começar a pesquisa foi:

A Escola de Ensino Médio apropriou-se da Legislação que lhe pertence?

2. OBJETIVOS DA PESQUISA

Realizar um estudo sobre uma determinada Escola é um tanto desafiador, porque envolve vários fatores. E um dos principais fatores envolvidos nessa pesquisa é o estudo contextualizado das Leis que fundamentam e embasam o Ensino Médio Brasileiro. A Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, art. 2º tem como finalidade “o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

A Escola objeto de estudo passou na sua trajetória de trabalho por momentos de glórias, mas também de retrocesso. Percebe-se que a Legislação, em alguns momentos, não teve o “seu real valor”.

Diante do exposto, os objetivos propostos para a pesquisa na Escola referida envolvem:

- Perceber, junto aos professores, qual é o impacto da Legislação do Ensino Médio, na Escola onde são professores;
- Perceber se a Legislação ajuda ou prejudica nas suas práticas pedagógicas e na organização da escola.

Trabalhar com Leis nem sempre é um ato atrativo, pois requer muita leitura para uma compreensão rápida e satisfatória. Visto que o entendimento não acontece da mesma forma para todos, pelo facto de não ter uma carácter prazeroso em relação à sua redação, à sua leitura, ou até mesmo por falta de conhecimento. As Leis, de modo geral, não são as preferidas dos leitores, pelo difícil acesso à compreensão e de pouca prática.

PARTE III – METODOLOGIA DA PESQUISA

Uma pesquisa só existe, através do levantamento de dúvidas referentes a algum tema, e as suas respostas buscam instrumentos, meios, que levam o pesquisador a algum resultado com o seu trabalho científico.

Os acontecimentos e todas as grandes invenções da humanidade foram concluídos sempre pelo pressuposto de uma pergunta, de uma dúvida inerente que gerou análises para se chegar a uma solução.

A metodologia é o “caminho” escolhido pelo pesquisador para chegar ao fim proposto pela pesquisa. Trata-se de uma pesquisa de cunho qualitativo.

Uma pesquisa qualitativa pode ser caracterizada, conforme Minayo (2013, p. 21 e 22), como aquela que possibilita a valorização do “(...) universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis”.

As contribuições de Ludke e André (1986) favorecem esse entendimento. As autoras resgatam as características básicas de uma pesquisa qualitativa construída pelos autores Bodgan e Biklen, as quais podem ser resumidas nos seguintes princípios:

- O ambiente natural é a fonte direta de dados na pesquisa qualitativa;
- O pesquisador é o seu principal instrumento;
- Os dados coletados são predominantemente descritivos;
- A preocupação com o processo é maior do que com o produto;
- Os significados que os diversos sujeitos atribuem às coisas são assim objeto de atenção do pesquisador;
- A pesquisa é indutiva, ou seja, não há preocupação em buscar a comprovação de hipóteses definidas a priori.

1. TIPO DE PESQUISA

Existem duas abordagens principais para a pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa quantitativa e a qualitativa. Mirian Goldenberg (1997) afirma que o problema a ser investigado determina como fazer a pesquisa.

Em função dos objetivos de estudo, são determinadas as opções metodológicas, isso pelas questões que se buscam respostas, pela natureza dos fenômenos a serem investigados, bem como do contexto em que os sujeitos estão inseridos. Para tanto, optou-se realizar investigação de natureza qualitativa.

Na pesquisa qualitativa, o pesquisador mantém contato direto e pessoal com a comunidade estudada, que pode ser tanto um grupo social diferente do seu como seu próprio grupo.

Segundo Minayo:

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se ocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes. (...) O universo da produção humana que pode ser resumido no mundo das relações, das representações e da intencionalidade, e o objeto da pesquisa qualitativa dificilmente pode ser traduzido em números e indicadores quantitativos (MINAYO, 2013, p.21).

Creswell também esclarece as características da pesquisa qualitativa:

A investigação qualitativa emprega diferentes alegações de conhecimento, estratégias de investigações e métodos de coleta de análises. (...) Os procedimentos qualitativos se baseiam em dados de texto e imagem, têm passos únicos na análise de dados, e usam estratégias diversas de investigação (CRESWELL, 2007, p.184).

A pesquisa qualitativa, neste sentido, é uma pesquisa interpretativa, com o investigador geralmente envolvido em uma experiência sustentada e intensiva com os participantes.

Creswell (2007) alerta para as questões estratégicas, éticas e pessoais envolvidas no processo de pesquisa qualitativa.

É importante que o pesquisador “inclua declarações sobre experiências passadas que forneçam dados experienciais através dos quais o público possa entender melhor o tópico, o ambiente ou os participantes” (CRESWELL, 2007, p.188).

A primeira etapa da pesquisa qualitativa é aquela em que o pesquisador deve se preparar teoricamente para saber o que observar. Não é suficiente apenas observar a comunidade para realizar uma pesquisa científica, sem uma questão para responder ou uma hipótese para comprovar, o pesquisador não saberá o que e como observar, o que tornará o trabalho de campo infrutífero.

2. LÓCUS DA PESQUISA

A pesquisa foi realizada em uma Escola de Ensino Médio da rede estadual do Município de Várzea Alegre – CE, situada na sede urbana.

O nome da Escola, *lócus* deste estudo, é uma homenagem à primeira professora formada do município de Várzea Alegre. Ela concluiu, na cidade de Fortaleza, o Curso Pedagógico, no ano de 1936, e no ano seguinte, já de volta à sua terra natal, deu início ao seu trabalho como professora, lecionando no 3º ano primário, na unidade escolar conhecida como Escolas Reunidas. Foi criada pelo Decreto nº 13.276, de 12 de junho de 1979, do governador do estado do Ceará Virgílio Távora.

Em seu primeiro ano de funcionamento, a Escola atendeu a 346 alunos, distribuídos nos três turnos e dentro da modalidade que ia do Ensino Infantil até a 5ª Série do Ensino Fundamental. Ao longo dos anos, foi ampliando a matrícula, até atingir todas as séries do Ensino Fundamental, na época, chamado de Primeiro Grau Maior.

Por conta da demanda e para atender bem à Comunidade em que a escola está inserida, bem como alunos provenientes de outros bairros e até da zona rural, em 1989, foi implantado o 2º Grau, conhecido como Curso Científico, e em 1992, a escola passou a oferecer também o 2º Grau com Curso Profissionalizante, o Curso Magistério, que teve sua primeira Turma de Professorandas concluindo em 1993.

Com a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1998, a escola extinguiu o Curso Profissionalizante e passou a oferecer o Ensino em Ciclos, Aceleração, Telensino e Ensino Médio (Curso Científico).

A Escola tem uma Rede Física de 13 salas de aula, 02 Laboratórios de Informática, 01 Laboratório de Ciências, Centro de Multimeios, Sala de Recursos Multifuncionais, 01 Quadra de Esportes, 01 Sala de Professores, 01 Secretaria Escolar, 01 Sala do Núcleo Gestor, 01 Cantina / Cozinha, 01 Dispensa, 01 Almoxarifado, 02 Banheiro/alunos, 02 Banheiros/funcionários, 01 Pavilhão/pátio coberto. A referida estrutura necessita de reforma no teto, piso, paredes. A iluminação em alguns departamentos está fraca.

O tamanho do Laboratório de Ciências e Centro de Multimeios é inadequado. A escola necessita com urgência de uma reforma.

A Escola de Ensino Médio, *lócus* de estudo, trabalha em sintonia com as suas Metas e Estratégias. Tem como Indicadores: Matrícula, Aprovação, Abandono, Desempenho Acadêmico dos alunos em Avaliações Externas (SPAECE, ENEM).

Metas: Ampliar a matrícula em 6% até 2017; Elevar a taxa de aprovação do Ensino Médio Regular da Escola de 80, 50% para 89,5% até 2017; Reduzir a taxa de abandono do Ensino Médio Regular de 14,88% para 5,0% até 2017; SPAECE: elevar a média no SPAECE em Língua Portuguesa, 3ª série, de 228,9 para 256,9 e em Matemática de 232,5 para 262,5 até 2017; diminuir em 50% o percentual de alunos com rendimento abaixo do nível intermediário. ENEM: elevar a média da escola no ENEM de 434,39 para 450,0 até 2017.

Dentre as estratégias propostas a cada meta, algumas serão citadas respectivamente:

- Ampliar o mapa de oferta de matrículas nas séries do nível médio;
- Realizar oficinas pedagógicas com os professores em todas as Áreas de conhecimento;
- Diagnosticar as séries e / ou turmas com índices críticos de abandono;
- SPAECE – realizar oficina sobre elaboração de itens com base nos descritores de Língua Portuguesa e Matemática.
- ENEM – promover atividades que desenvolvam as competências e habilidades da redação do ENEM.

A Escola de Ensino Médio de Várzea Alegre, compreendendo que a Educação é um direito de todos, e a escola como serviço público, deve exigir transparência nas decisões e a

real possibilidade de interferências e condições básicas para a democracia e a participação. Tem como instrumentos legais da gestão democrática, os seguintes órgãos:

- 01 - Núcleo Gestor
- 02 - Conselho Escolar
- 03 - Congregação de Professores
- 04 - Unidade Executiva
- 05 - Grêmios Estudantil
- 06 - Agente Jovem

Suas modalidades de Ensino são duas: Ensino Médio Regular e Educação de Jovens e Adultos – EJA MÉDIO.

- **Ensino Médio:** a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional explicita que o Ensino Médio é a etapa final da Educação Básica, o que concorre para a construção de sua identidade. O Ensino Médio, portanto, é a etapa final de uma educação de caráter geral, afinada com a contemporaneidade, com a construção de competências básicas que situem o educando como sujeito produtor de conhecimento e participante do mundo do trabalho, e com o desenvolvimento da pessoa, como “sujeito em situação” – cidadão. O perfil curricular da Escola de Ensino Médio atende através das áreas: Linguagens e Códigos, Ciências da Natureza e Matemática e Ciências Humanas.

- **Educação de Jovens e Adultos – EJA MÉDIO:** A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei nº 9.394/96, em seu artigo 37º, § 1º diz que “os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante exames”. Já o artigo 38º define a idade mínima para ingressar na Educação de Jovens e Adultos na forma presencial ou realizar os Exames Supletivos, sendo maiores de 15 anos para o Ensino Fundamental e maiores de 18 anos para o Ensino Médio.

Outro documento que garante a existência da Educação de Jovens e Adultos, como modalidade de ensino de qualidade, é a Resolução nº 438/2012 do Conselho Estadual de Educação.

A Escola oferece a Educação de Jovens e Adultos – EJA – equivalente às três séries do Ensino Médio, no turno noturno, na forma presencial, com exigência mínima de 75% de presença, em dois anos, e um total de 1.600h/a. A Educação de Jovens e Adultos da referida escola se orienta por um projeto específico para a modalidade. Tem seu perfil curricular com as áreas de Linguagens e Códigos, Ciências da Natureza, Matemática e Ciências Humanas, com uma carga horária semanal de 20 horas.

A Escola, durante a sua rotina escolar desenvolve os seguintes Programas e Projetos: Projeto Professor Diretor de Turma, Reorganização Curricular do Ensino Médio Diurno, Programa Ensino Médio Inovador/ Jovem de Futuro, PIBID (Programa de Bolsas de Iniciação à Docência), Programa Geração da Paz, Educação Afrodescendente (com dois projetos: Seja cidadão - Conheça seus direitos amparados pelas Leis nº 10.639; nº 7.716; nº 12.990; nº 12.288 e Gincana Cultural – O Brasil é um país mestiço).

- **Ambientes de Aprendizagem** – são aqueles que possibilitam, no processo de ensino-aprendizagem. Dessa forma, a Escola disponibiliza os seguintes ambientes de aprendizagem:

- i. Laboratórios de Informática;
- ii. Laboratório Multidisciplinar de Ciências Centro de Multimeios;
- iii. Sala de Recursos Multifuncionais – ambiente destinado ao atendimento das diversas necessidades educativas especiais dos educandos. Com um professor do AEE – Atendimento Educacional Especializado, lotado com 200 horas-aula na Sala de Recursos Multifuncionais tem como função: realizar esse atendimento de forma complementar ou suplementar à escolarização, considerando as habilidades e as necessidades educacionais específicas dos estudantes - público alvo da educação especial.

A Escola se apresenta como local onde se pensa a formação do homem enquanto ser político, consciente dos seus direitos e deveres e corresponsável pela construção de uma sociedade democrática, igualitária, justa e solidária, que respeite a vida em todas as suas dimensões. Diante desse propósito, ela desenvolve os seguintes Projetos e Programas:

- Projeto Professor Diretor de Turma (PPDT);
- Reorganização Curricular do Ensino Médio Diurno;
- Programa Ensino Médio Inovador/JF (ProEMI/JF);

- PIBID (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência);
- Programa Geração da Paz, Educação Afrodescendente;
- Ambientes de Aprendizagem.

Através dos ambientes, Laboratórios de Informática, Laboratório Multidisciplinar de Ciências, Centro de Multimeios, Sala de Recursos Multifuncionais, a Escola utiliza estratégias diversas para que a Gestão Escolar ocorra da melhor maneira que é: a matrícula, organização das turmas, calendário escolar, horário, gestão de pessoas.

Para que todas as ações e atividades sejam realizadas, é necessário o planejamento para nortear a ação pedagógica no processo ensino-aprendizagem. E para verificação de resultados, a escola também realiza a Avaliação de Aprendizagem, como parte de ensinar e aprender. A verificação do rendimento escolar fundamenta-se na necessidade de uma avaliação que abrange aspectos qualitativos e quantitativos. Os mecanismos de avaliação utilizados pela Escola observarão um modelo único de avaliação proposto pelos professores durante a Semana Pedagógica e regulamentado pelo Regimento Escolar.

Após a realização da avaliação, se não foi satisfatória, haverá um período de recuperação de estudos. Quando esse período não atende às necessidades do aluno, a Escola oferecerá, a partir da 1ª série, o regime de Progressão Parcial, conforme regulamenta a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei Federal nº 9.394/96) e o Regimento Escolar, na Seção V – Da regularização da Vida Escolar do Aluno.

A progressão parcial atenderá a alunos que não obtiveram êxito nos estudos de recuperação em três disciplinas. Entende-se por Progressão Parcial o processo que permite ao aluno avançar de uma série para a outra, com disciplinas não concluídas na última série cursada.

A Escola vem, há mais de três décadas, em busca de Educação de qualidade para sua clientela. Dentro do município, sempre foi referência. Pois este referencial estava no quadro de funcionários, professores e principalmente na determinação dos Núcleos Gestores que ali atuavam. A sua rotina atraía bastantes alunos. Os alunos que por ali passavam sempre deixavam um legado. Tanto nas atividades culturais e esportivas, como também nos destaques dos concursos vestibulares, avaliações externas, oferecidas pelas instâncias municipais,

estaduais e federais. Embora se localize um pouco distante do centro da cidade, sempre foi procurada pelos pais para matricularem seus filhos.

No início, a Escola oferecia o Ensino Fundamental, mas de forma gradativa foi-se eliminando a cada ano uma série, até que a escola passou a ter apenas Ensino Médio. Ressalta-se que essas mudanças eram para atender às exigências da Legislação Brasileira, Ensino Fundamental, responsabilidade dos municípios e Ensino Médio, responsabilidade do Estado.

Percebe-se que esta Escola vem sofrendo algumas quedas nos seus índices, nos resultados das avaliações externas. O número de alunos aprovados foi diminuindo.

É preciso um estudo minucioso de toda essa atual realidade, em que a Escola se encontra. Necessita-se de uma análise para que seja detectado o teor da desmotivação dos alunos, dos rendimentos baixos, evasão e abandono. Fazer um diagnóstico preciso, para se entender a situação desfavorável e, ao mesmo tempo, melhorar a atuação, resultados e a própria imagem da escola, que no decorrer dos seus 38 anos, foi se perdendo.

O facto de ter decidido desenvolver o tema relacionado com esta Escola de Ensino Médio é inquietação minha e de todos os profissionais que ali trabalham que também alimentam esse sentimento que é recuperar a identidade da escola que sempre foi “reconhecida” como uma escola referência no município de Várzea Alegre.

O seu Projeto Político Pedagógico (PPP) atende a uma exigência legal, conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96 de 20 de dezembro de 1996 e apresenta-se como produto de uma ação planejada coletivamente pela comunidade escolar. É através desse projeto que definem o rumo, o ritmo e a intenção pedagógica da Escola, bem como os processos, métodos e instrumentos que serão utilizados para o alcance dessa intenção. Esse documento é uma revisão, ou seja, uma atualização de outro documento já existente. Nele pode-se visualizar a identidade da referida escola enquanto instituição de Ensino, deixando claro sua missão, suas concepções e sonhos. Como também define sua natureza e seu papel socioeducativo, cultural, político, inclusive o ambiental, sua organização e gestão curricular.

O atual PPP da escola mencionada atende a uma situação educacional levantada no diagnóstico dos últimos anos, tendo como base movimento e rendimento, resultados de

aprovação e abandono, bem como índices de proficiência e resultados obtidos nas avaliações externas. As ações e metas propostas no PPP justificam-se pela forte necessidade de superar resultados negativos e elevar o nível da aprendizagem dos alunos aproximando cada vez o real do ideal.

3. SUJEITOS DA PESQUISA

Os sujeitos desta pesquisa são 07 (sete) professores. Para efeito de preservação de suas identidades, serão denominados P1, P2, P3, P4, P5, P6 e P7.

Para Masetto (2000, p.135), “a produção cultural que ocorre na escola ocorre sempre mediada pelo professor em sala de aula, seja pelo livro em uma leitura pessoal e silenciosa, seja pelo microcomputador, quando se está no laboratório fazendo uma pesquisa na internet”.

A escolha dos referidos profissionais foi através das Áreas de Estudo, onde contactámos sete professores e relatámos sobre a proposta da entrevista e o tema a ser tratado. Participaram desse processo 02 (dois) professores da Área de Ciência da Natureza, 03 (três) professores de Linguagens, 02 professores de Ciências Humanas. São dois professores do sexo masculino e cinco professores do sexo feminino.

Para melhorar organizar o estudo, denominaremos de forma crescente, cada profissional com sua formação e idade:

P1: 34 anos; História.

P2: 35 anos; Língua Portuguesa.

P3: 36 anos; Língua Portuguesa.

P4: 43 anos; Química/Matemática

P5: 48 anos; Química

P6: 50 anos; Língua Portuguesa.

P7: 52 anos; História

4. TÉCNICAS DE PESQUISA

Fazer pesquisa qualitativa é analisar e interpretar os dados, refletir e explorar o que eles podem propiciar, buscando regularidades para criar um profundo e rico entendimento do contexto pesquisado. Pesquisar requer profunda habilidade na coleta de dados e uma escolha metodológica que proporciona uma estrutura para o processo de pesquisa (CROKER, 2009).

As informações são levantadas através das técnicas de entrevista semiestruturada e pesquisa/análise documental.

É a entrevista “semiestruturada” que combina perguntas fechadas e abertas em que “o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão, sem se prender à indagação formulada” (MINAYO, 2013, p.64).

Creswell (2007) destaca as vantagens das entrevistas: útil quando os participantes não podem ser observados diretamente; participantes podem fornecer informações históricas; permite ao historiador “controlar” a linha de questionamento.

Laville e Dione também colocam vantagem quanto à utilização das entrevistas, razão pela qual se justifica a escolha deste instrumento na pesquisa em pauta:

Esta, não estando iniciando irremediavelmente, presa a um documento entregue a cada um dos interrogados, aos entrevistadores permite-se, muitas vezes, explicitar algumas questões no curso da entrevista, reformulá-las para atender às necessidades do entrevistado. (...) Chegam até a acrescentar perguntas para fazer precisar uma resposta ou para fazê-la aprofundar: Por quê? Como? Você pode dar-me um exemplo? E outras tantas perguntas que trarão frequentemente uma porção de informações significativas (LAVILLE E DIONE, 1999, p.187-188).

4.1. A entrevista

A entrevista é um momento em que duas pessoas se encontram e, uma delas tem o propósito de obter informações de um determinado conteúdo, através de uma conversação de natureza profissional. É um método utilizado na investigação social, para colher dados ou para ajudar no diagnóstico, no tratamento de um problema social.

Para Goode e Hatt (1960) a entrevista “consiste no desenvolvimento de precisão, focalização, fidedignidade e validade de certo ato social como a conversação”. A entrevista é, portanto, uma conversação “cara a cara”, de forma metódica, proporcionando ao entrevistador uma informação necessária de forma verbal. A entrevista foi realizada com 07(sete)

professores que atuam em áreas de disciplinas diferentes para entendermos melhor a questão estudada.

É um instrumento importante de trabalho. A entrevista está presente nos vários campos das Ciências Sociais ou de outros setores de atividades como o da Sociologia, da Antropologia, da Psicologia Social, da Política, do Serviço Social, do Jornalismo, das Relações Públicas, da Pesquisa de Mercado e outras.

A entrevista tem um objetivo a ser alcançado. O entrevistado precisa ter um conhecimento prévio do assunto, ou seja, precisa ter familiaridade com o assunto. O local e o horário são propostos com antecedência. Garantir ao entrevistado o sigilo das suas informações e da sua identidade. Verificar com os responsáveis do local onde acontecerá a pesquisa, se o ambiente está preparado para que o tempo seja otimizado. E para que o momento de entrevista seja exitoso, é importante que o entrevistador tenha tudo organizado e elaborado.

Realizar entrevista necessita de técnica, habilidade e sensibilidade, pois não é fácil, mas necessário. Para ter sucesso é preciso que o pesquisador tenha uma conversação amigável com o entrevistado.

Ao se falar em entrevista como técnica privilegiada de comunicação e coleta de dados, Minayo (2010, p. 261) destaca que se trata da estratégia mais utilizada no trabalho de campo, ressaltando o seguinte conceito: “é acima de tudo uma conversa a dois, ou entre vários interlocutores, realizada por iniciativa do entrevistador, destinada a construir informações pertinentes para um objeto de pesquisa, abordagem pelo entrevistador, de temas igualmente pertinentes tendo em vista este objetivo”. As entrevistas podem até mesmo ser consideradas conversas com finalidades, caracterizando-se por sua organização.

As entrevistas podem ser classificadas, segundo Minayo (2010) em:

- a) Sondagem de opinião;
- b) Entrevista semiestruturada;
- c) Entrevista aberta ou em profundidade;
- d) Entrevista focalizada;

e) Entrevista projetiva.

De acordo com Cozby (2003), um fator importante sobre as entrevistas é a respeito de ela envolver uma interação entre pessoas, ou seja, esse contato acarreta diversos fatores, nos quais um deles, importante a ser considerado, é uma maior propensão acerca de factos respondidos, ao contrário do que ocorre com os questionários, em que não acontecem interações.

Duarte (2004) afirma que, embora não haja obrigatoriedade do uso de entrevistas em pesquisa qualitativa, ela ainda é muito requisitada. A sua utilização requer, no entanto, planejamento prévio e manutenção do componente ético, desde a escolha do participante, do entrevistador, do local, do modo ou mesmo do momento para sua realização.

A entrevista foi realizada com 05(cinco) perguntas, todas relacionadas à Educação com foco no Ensino Médio e na Legislação que a ampara, conforme pode ser observado no Apêndice 1 – Roteiro da entrevista.

Foram entrevistados 07(sete) professores das Áreas de conhecimento. A entrevista aconteceu no Laboratório da Escola, de forma em que ficava só o entrevistador e o professor (entrevistado), local calmo e silencioso, em que cada profissional que participou da entrevista, manteve-se bastante à vontade; todas as falas foram gravadas e depois transcritas na íntegra, como se pode observar no Apêndice 2.

4.2. Análise de conteúdo

As estratégias de análise de dados foram feitas de forma detalhadas neste estudo, como uma maneira de garantia da clareza dos métodos utilizados. As respostas dos membros da Comunidade Escolar foram categorizadas em palavras-chave e analisadas, a partir do método de análise de conteúdo proposto por Bardin (2011), tendo como técnica a análise temática.

A análise de conteúdo tem por finalidade descrever objetiva e sistematicamente o conteúdo: “A análise de conteúdo aparece como um conjunto de técnicas das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens” (BARDIN, 2011, p.33).

Para Bardin (2011, p.34) “a intenção da análise de conteúdo é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção (ou, eventualmente, de recepção), inferência esta que recorre a indicadores (quantitativos ou não).”

Conforme Bardin (2011), a análise de conteúdo organiza-se em três polos cronológicos: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação.

- a) A pré-análise: é a fase de organização, e tem por objetivo tornar operacionais e sistematizar as ideias iniciais, de forma a conduzi-las a um esquema preciso do desenvolvimento das operações sucessivas, num plano de análise. Esta fase possui três missões: a escolha dos documentos a serem submetidos à análise, a formulação de hipóteses e objetivos e a elaboração de indicadores que fundamentam a interpretação final, sendo que estes não seguem uma ordem cronológica, obrigatoriamente, mas que são ligados entre si.
- b) Na segunda fase, a exploração do material consiste essencialmente de codificação, desconto ou enumeração, em função de regras previamente formuladas.
- c) A última fase trabalha o tratamento dos dados, em que os dados brutos são tratados de forma a serem significativos e válidos.

5. PROCEDIMENTOS PARA A RECOLHA E ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA

É inerente ao ser humano, a necessidade constante de obter informações em busca do seu crescimento pessoal. “Pesquisar, significa, de forma bem simples, procurar respostas para indagações propostas” (SILVA & MENEZES, 2001, p.19).

A pesquisa é um significativo recurso, pois sua finalidade é adquirir informações acerca de determinado assunto e, se define, como uma atividade regular, um conjunto de atividades orientadas e planejadas na busca de conhecimentos.

A primeira preocupação foi com a escolha do tema. Observando as linhas de pesquisa, um item despertou atenção: “Educação e desenvolvimento humano: escola, cidadania e mundo do trabalho”, assunto este bastante interessante para ser trabalhado por educadores e professores, dando ênfase a “Educação para a Cidadania”.

A partir daí alguns temas foram listados e, de acordo com a sua relevância, foi escolhido para estudo a Legislação do Ensino Médio na Escola Pública Brasileira

Após a delimitação do tema, foi o momento de chegar à Escola de Ensino Médio, e apresentar a proposta da Pesquisa, como também a permissão para atuar como pesquisadora dentro da referida instituição.

O Núcleo Gestor da Escola de Ensino Médio recebeu a proposta de Estudo da Pesquisa como muita esperança no tocante aos problemas vivenciados pela Escola nos dias atuais.

Tendo a pesquisa como tema: “O IMPACTO DA LEGISLAÇÃO NO ENSINO MÉDIO”. Percepções dos professores de uma escola pública brasileira, a pesquisa iniciou-se a partir dos principais documentos da Escola, o Projeto Político Pedagógico e o Regimento Escolar ou Regimento Interno.

Através do Projeto Político Pedagógico (PPP), foi visualizada a identidade da Escola, observada sua missão, seu papel socioeducativo, cultural, político, inclusivo e ambiental. Com o PPP, a Comunidade Escolar tem condições de comparar resultados dos anos anteriores com os resultados atuais, bem como os índices de proficiência e os resultados nas avaliações externas. Esse trabalho comparativo auxilia na superação de resultados negativos. Por isso, o referido documento é tão importante e essencial para a Escola, o que requer de todos os componentes a atualização do PPP, pois ele é o norte de tudo que a escola precisa desempenhar durante todo ano letivo.

O PPP foi o primeiro documento a ser consultado nessa investigação. Embora burocraticamente seja um documento importante, ainda necessita que todos da escola conheça sua essência. O que foi percebido a partir das investigações, em que o Núcleo Gestor da Escola teve a preocupação em reunir toda a Comunidade Escolar para atualizar o referido documento.

A Escola, como Instituição Social, é regida por Leis. Outro documento importante da Escola é o Regimento Escolar, ou Regimento Interno. É a “Constituição” da Escola, é nele que estão definidas as regras escolares, direitos e deveres dos funcionários, professores, alunos. O Regimento, assim como o PPP, é constituído pelos representantes da Comunidade

Escolar e, por essa razão deverá estar presente no dia-a-dia da Escola. Ser vivenciado por cada um que fizer parte da Instituição.

O Regimento Escolar de forma organizada e, hierarquizada determina todas as competências do corpo docente, discente, funcionários, e todos que fazem parte da escola com suas variadas funções. Infelizmente, esses documentos não fazem parte do uso cotidiano, às vezes eles só recebem a devida importância quando um dos componentes da escola recorre para exigir direitos.

No segundo momento da pesquisa aconteceu a entrevista com os professores. Momento importante, rico de ideias e esperanças para a Escola de Ensino Médio do município de Várzea Alegre.

As entrevistas foram preparadas de acordo com as inquietações que foram surgindo no percorrer da investigação, após serem formuladas, procurámos cada professor e comunicámos o desejo de entrevistá-los. Tendo o aval de cada um, marcámos o horário e dias para realizar a ação, que era entrevistar. Embora tenha acontecido no ambiente de trabalho dos professores, percebeu-se que foi um momento ímpar para os profissionais. A alegria, a disponibilidade e ao mesmo tempo, a responsabilidade de cada profissional que adentrava naquele recinto para contribuir com a pesquisa proposta. Foi bastante compensador. Depois da realização das entrevistas, ouvimos o áudio de cada fala e, aos poucos, fomos transcrevendo as falas, muitas vezes tendo que ouvir repetidas vezes para poder entender e transcrever para o papel. Após anotar as respostas de cada professor, analisámos cada pergunta com as respostas de cada entrevistado, observando as convergências das falas e as divergências. Momento importante e de muita responsabilidade.

PARTE IV – APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

As categorias de análise, em qualquer pesquisa, definem-se sempre como um processo complexo e dependem de vários aspectos ou fatores. As categorias necessitam de suportes, de sustentação com a fundamentação teórica utilizada, e ainda estão em harmonia com os dados coletados durante a pesquisa.

As categorias utilizadas foram as seguintes:

1. Impacto nos resultados das avaliações
2. Impacto da Legislação na mudança
3. Teoria x Prática.
4. Dificuldades no trabalho do professor
5. Atuação do Estado
6. Sugestões

1. IMPACTO NOS RESULTADOS DAS AVALIAÇÕES

Analisando as respostas dos professores entrevistados, a partir da primeira pergunta que está relacionada ao “Impacto nos resultados das avaliações”, o professor 01 diz que, embora a Educação Brasileira esteja na terceira Lei de Diretrizes e Bases (LDB), o problema da Educação, principalmente no Ensino Médio Brasileiro, ainda não conseguiu impactar. E podemos observar, através das Avaliações externas que são realizadas pelas Secretarias de Educação e Órgãos ligados à Educação Brasileira, exemplo o MEC. Já o professor 02 fala que a Escola precisa percorrer muitos caminhos, usar estratégias para conseguir atingir o nível esperado dos estudantes através das avaliações externas, visto que esses instrumentos não consideram as particularidades regionais e de aprendizagem dos alunos, já que essas determinações chegam de cima para baixo dentro das Escolas. Enquanto isso, o professor 03, acredita que sim, porque as mudanças proporcionaram ao professor avaliar o seu aluno de diversas formas. O professor 04 expressa que as reformas do Ensino Médio, impactaram, inicialmente com o número de alunos nas salas de aula, em relação a superlotação e, em

seguida, o nivelamento dos alunos através das avaliações, em que a Escola pôde fazer o trabalho da distorção série/idade. Para este professor, isso acarretou alunos com *déficit* de aprendizagens, não tendo um resultado satisfatório nas avaliações internas e externas. Para o professor 06, as reformas do Ensino Médio ainda não impactaram nas avaliações. Como também o professor 07, que afirma que as reformas do Ensino Médio Brasileiro ainda não proporcionaram os resultados esperados pelas Escolas. E isso é percebido pelos resultados, através dos Sistemas de Avaliações Externas, como SPAECE, IDEB e PISA.

Observando o relato de cada professor, em relação à pergunta feita sobre as mudanças ocorridas no Ensino Médio Brasileiro, se ele impactou nos resultados das avaliações, apenas o professor 03, acredita que ocorreram mudanças. Visto que as mudanças citadas por ele não incluem resultados, números, ou seja, não é mostrado estatisticamente. Ele se refere aos novos métodos de avaliar o aluno, que é “por meio de trabalhos, atividades que faz na sala de aula e, em casa, por participação nas aulas”. E justifica que “hoje o professor não utiliza somente métodos tradicionais, como prova, para avaliar o aluno”. Os demais professores, nas suas falas, respondem que os resultados esperados ainda não apareceram. Então a categoria de resultados é vista pelos professores entrevistados sem êxito.

A Lei nº 13.415/2017 cria o Novo Ensino Médio. As mudanças que são destacadas estão voltadas para o Tempo Integral, o incentivo às Formações Técnicas e a Flexibilização do Currículo que deixa de ter 13 (treze) disciplinas obrigatórias e passa a ter apenas três. Os estudantes optarão pelas áreas do conhecimento. A Medida Provisória (MP) que institui o Novo Ensino Médio foi aprovada após nove audiências públicas e com 566 emendas de deputados e senadores.

A Reforma no Ensino Médio é considerada a maior alteração para estudantes e professores dessa etapa escolar, desde 1996, com a implantação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

O governo usou uma Medida Provisória com a justificativa de haver “necessidade urgente em mudar a arquitetura legal desta etapa da educação básica”, segundo disse o ministro da Educação, Mendonça Filho.

Toda essa pressa do Congresso Nacional em aprovar a Reforma do Ensino Médio é baseado nos péssimos resultados do Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica)

avaliação essa criada, pelo governo para avaliar a qualidade do ensino no país, a partir das taxas de rendimento escolar e dos resultados nas provas unificadas. O desempenho dos estudantes está estagnado desde 2011, de acordo com o portal do MEC, os resultados do 3º Ano do Ensino Médio continuam parados, sem avanços. Veja os números entre 2005 e 2015:

2005 – 3,4;

2007 – 3,7;

2009 – 3,6;

2011 – 3,7;

2013 – 3,7;

2015 – 3,7.

Metas:

Meta 2015 – 4,3 ;

Meta 2021 – 5,2 (Fonte: MEC/INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), em 08 de setembro de 2016).

Os Estados implementarão a reforma, já que são responsáveis por essa etapa de ensino de forma gradual. O prazo não foi estabelecido, para que todas as escolas estejam organizadas, conforme as exigências feitas. O Ministério da Educação condicionou a implementação de pontos da reforma à conclusão da Base Nacional Comum Curricular para meados de 2017.

Muitas críticas foram feitas em relação à “forma” que arquitetou a reforma do Ensino Médio. Essas críticas vêm das entidades ligadas ao setor da Educação. Com a Medida Provisória do governo, a reforma não passou por um debate, com o público educacional. Os agentes interessados na questão são pais, alunos e professores. A partir dessas questões criou-se o Movimento Nacional em defesa do Ensino Médio, onde diversas entidades educacionais se reuniram, lançando nota de repúdio, contra a Medida Provisória.

Do jeito que está, sem prever questões estruturais, não creio que essa reforma terá concretude. Ao contrário, pode servir apenas para desorganizar tudo, além de abrir portas para parcerias público-privadas e diminuir os critérios de Gasto do Fundo Nacional de desenvolvimento da Educação.

(Daniel Cara, Coordenador-geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, em *post* no Facebook, 22/09/2016.

A Lei nº 13.415/2017 foi aprovada, e enfim, regulamentou a reforma do Ensino Médio no dia 17 de fevereiro de 2017. Tornaram-se obrigatórias nos três anos do Ensino Médio as matérias de Matemática, Língua Portuguesa e Inglês.

Diante dessas informações, apontadas pela Lei nº 13.415/2017, e das falas dos professores entrevistados, percebe-se que as dificuldades e deficiências apontadas não serão rapidamente solucionadas, visto que essa reforma só será concretizada em 2019. Então, a busca pela melhoria do Ensino Médio continua, cabendo aos professores, diretores, secretarias de educação, governos e sociedade civil organizada, fazer a sua parte e fazer com qualidade, para que segundo (TAVARES). (Educação de Qualidade – Responsabilidade de todos, 08/10/2009) para que “a nossa tão sonhada educação de qualidade” aconteça.

2. IMPACTO DA LEGISLAÇÃO NA MUDANÇA

Embora estejamos com uma nova Lei aprovada em 2016 pelo Congresso Nacional sobre a reforma do Ensino Médio, ainda continua uma grande dificuldade de entendimento sobre essa importante etapa da Educação Básica que é o Ensino Médio, isso é percebido na fala do professor 01, quando ele faz uma retrospectiva da legislação da educação a partir da lei Capanema: “desde a lei Capanema, a Educação Brasileira já passou por três LDB’s, estamos vivendo a nº 9.394/96, a nossa atual LDB, em todas elas persiste o problema de identidade do Ensino Médio. É uma etapa de transição? Ele é a fase que consolida os ensinamentos do Ensino Fundamental”.

Em 2016, no Congresso, foi aprovada uma reforma para o Ensino Médio. Os Estados terão um período para implantação, mas o Estado do Ceará ainda não implantou. Não sabemos ainda se o objetivo do ensino médio é inserir o aluno no mercado de trabalho; ou que ele passe no ENEM e faça um Ensino Superior. O que na verdade se espera, é que com essa reforma e toda legislação que regulamenta o ensino médio, favoreça uma aprendizagem de qualidade, desde a creche, passando pelo ensino fundamental e que nos três anos do ensino médio, este aluno esteja preparado para dar sequência à sua vida, seja no mundo do

trabalho ou na Universidade. Porque se o ensino não conseguir fazer essas mudanças e transformações na vida do aluno, este não conseguiu atingir o objetivo.

Na concepção do professor 02, a questão do ensino médio é muito vago, porque não define seus objetivos. “O que o professor deve saber?” São questionamentos que os professores do ensino médio brasileiro fazem constantemente nas suas salas de aula.

Na opinião do professor 03, o principal impacto do Ensino Médio, atualmente, é que ele é ofertado na modalidade técnica e profissionalizante, não só no sistema regular. Mas para o professor, nem todos os alunos têm acesso a essas modalidades, pois nem todas as escolas a ofertam. E isso se torna uma desigualdade na oferta no ensino.

Na fala do professor 04, não existe divergências em relação ao professor 01/02. Ele afirma que as reformas recentes e as anteriores deixam a Escola sem norte, sem definição. É para preparar para o mercado de trabalho ou para a universidade? Essa indecisão na definição da finalidade do ensino médio atrapalha o trabalho do professor, e principalmente do aluno porque não tem interesse amplamente definido. O mais prejudicado é o aluno, pois quem sofre o maior impacto é ele. Estuda mais três anos além dos já estudados, e finaliza a última etapa da educação básica, sem saber para que veio.

Na visão do professor 05, já foram apresentados muitos documentos para legitimar e assegurar a democracia e a qualidade, a gratuidade e a igualdade, como também a criação de políticas públicas que auxiliam na democratização da educação, mas isso ainda não é suficiente para que tenhamos uma educação democrática, e principalmente de qualidade. Toda a legislação educacional apresentada até agora não foi capaz de atender às necessidades e demandas que a educação apresenta, principalmente na etapa que engloba o ensino médio brasileiro.

O professor 06 diz: “a gente vive uma era de incerteza, né?”. E complementa sua fala dizendo que as mudanças sempre trazem impactos. Ou as pessoas se adaptam a elas, ou irão sofrer as consequências, mas segundo o mesmo, ainda não percebeu o impacto dessa nova legislação apresentada pela reforma.

Para finalizar a análise das falas dos professores entrevistados, o professor 07 inicia sua fala dizendo: “eu acho que a nova Lei não vai resolver a questão”. E no decorrer da sua fala vai justificando porque não acredita que haverá mudança, que vai resolver a questão do

Ensino Médio. A reforma aponta Educação em tempo integral, mas por outro lado, tem uma PEC, que congelou os investimentos em Educação em 20 anos. Como as escolas de Várzea Alegre irão oferecer todos os itinerários formativos? Como vai oferecer Educação Profissional, se não possui estruturas e equipamentos em condições favoráveis para obter bom trabalho?

Infelizmente o que ocorre no Brasil, quando o assunto é ensino médio, sobretudo, no que diz a legislação (LDB, Lei nº 9394/96), na teoria apresenta uma redação, diferente da realidade que é apresentada pela educação brasileira. Um exemplo é o artigo 35, dessa lei acima citada, (no inciso III) “é o aprimoramento do educando”.

A temática - reforma da educação brasileira - não passou pelo debate com os professores e pais de alunos. O que é previsível é o enfraquecimento ainda mais do ensino médio e, conseqüentemente tornam os nossos alunos mais distantes da busca pela autonomia intelectual e do pensamento crítico, incluindo os nossos jovens ao exercício pleno da cidadania, que tanto os professores clamam nas suas falas, durante o dia a dia nas salas de aula.

O assunto trabalhado nesse item com professores deu-nos a certeza de que a educação brasileira necessita de leis, de reforma, mas não apenas as leis somente através das letras da teoria. A educação brasileira, principalmente a do ensino médio, precisa de formar urgentes ações concretas, leis, estruturas físicas, reformas, equipamentos suficientes e eficientes. Valorização do profissional, que é o maestro que vai conduzir essas reformas, que vai colocar na prática as leis que, muitas vezes, chegam às nossas escolas de forma autoritária e impostas.

3. TEORIA X PRÁTICA

A temática desenvolvida na entrevista dos Professores remete reflexões sobre o seu trabalho – teoria x prática. Se essa realidade executada pelo professor condiz com a Teoria contida na Legislação Educacional Brasileira, ou seja, se o seu trabalho tem embasamento legal, o trabalho do professor tem sustentação na lei”?

Para o Professor 01, o magistério é uma profissão regulamentada por leis. Espera-se que o trabalho do professor esteja regulamentado pela Legislação que orienta a Educação Brasileira. Ressalta-se que o professor tem liberdade de escolhas para criar estratégias de trabalho que venham a melhorar a sua prática. No entendimento do professor 02, em grande parte, o trabalho do professor condiz com a Legislação, mas ele precisa adequar o seu trabalho às necessidades do aluno. O professor, muitas vezes necessita “sair da lei” para trabalhar com a realidade do aluno. Na visão do professor 03, o trabalho exercido pelo professor, está de acordo com a Legislação, pois atende a algumas exigências: atuar na área de formação e consequentemente ser habilitado para assumir a disciplina. Como também estarem assegurados pelas esferas municipal, estadual e federal. Participar de formações e aperfeiçoamento para melhorar sua prática pedagógica. O professor 04 acredita que “muito pouco”, condiz o trabalho do professor, em relação às exigências da Legislação da Educação Brasileira. Por ser ampla, a Legislação do Ensino Médio, ela ainda não define o real objetivo, se deverá preparar o aluno para o Ensino Superior ou para o Mercado de Trabalho ou para a Cidadania. Segundo o professor 05, em parte o trabalho do professor está de acordo com a Legislação brasileira, nas exigências da LDB, no tocante ao Terço do Planejamento, Formação exigida para atuar na Área de Ensino, formações continuada, Concurso Público, por exemplo. O professor 06 converge com o professor 05 quando se refere à Formação Continuada, embora para o professor 06, as formações não atendem às realidades do professor. Pois o mesmo em sala de aula também trabalha a questão da falta de disciplina do aluno. O professor 07 cita o artigo 3º da LDB nº 9394/96 e, após as determinações desse artigo, o mesmo analisa as questões inerentes ao trabalho do professor como: inadequação salarial, falta de autonomia pedagógica, carga horária excessiva, salas superlotadas, etc. Situações como essas desvalorizam o trabalho do professor e com isso o seu trabalho não terá um desempenho satisfatório e, consequentemente, o trabalho desse profissional não condiz com a Legislação Educacional Brasileira.

Segundo a LDBEN nº 9394/96, quanto à formação dos profissionais da educação, assegura no artigo 61, incisos I e II:

Art. 61 – A formação dos profissionais da educação, de modo a atender aos objetivos dos diferentes níveis e modalidade de ensino e as características de cada fase de desenvolvimento do educando terá como fundamento:

I - A associação entre teorias e práticas, inclusive mediante capacitação em serviço;

II - Aproveitamento da formação e experiências anteriores em instituições de ensino e outras atividades.

No artigo 61, observa-se que o professor precisa associar teoria e prática para exercerem seu trabalho. E que todas as experiências, antes vividas, são sempre bons artifícios para melhorar a prática, o que comprova que o cotidiano se torna uma peça muito importante para a formação da identidade do professor, como também existe a necessidade de estar aperfeiçoando seus estudos.

4. DIFICULDADES NO TRABALHO DO PROFESSOR

A crise de identidade, nesta etapa de ensino perdura. Desde a Reforma Capanema em 1942, o ensino médio, não se sabe ao certo, se a sua missão é preparar o aluno para ingressar no ensino superior, ingressar no mercado de trabalho ou preparar para a vida.

A falta de definição em relação à missão do Ensino Médio gera uma incerteza e influencia de forma negativa no trabalho do professor e na escolha do currículo. O Professor 01 afirma, “isso é muito negativo e limita o trabalho do professor”... Enquanto para o professor 02, o que mais dificulta o trabalho é a “falta de estrutura familiar; a falta de interesse, perspectiva por parte do aluno”... , que não é manifestado durante as aulas, às perspectivas de futuro que não tem. Já para o Professor 03, as dificuldades “são muitas”, na visão do professor 03, ele destaca as mais críticas ou importantes, “a disciplina do aluno, sua desmotivação”, a falta de perspectiva de futuro, principalmente quando ele sair da Escola, “a pouca de participação da família na educação dos filhos”.

Na visão do Professor 04, ele cita como umas das maiores dificuldades a “falta de base de conhecimento do aluno e a falta de interesse”. O referido professor também cita outras dificuldades, a missão e a finalidade do ensino médio. Se é para preparar o aluno para o ensino médio ou para o mundo do trabalho. O Professor 05 aponta vários factores que dificultam o trabalho do professor atualmente. As transformações da sociedade que geraram a crise social e a convivência familiar, que é um grande problema entre os adolescentes e jovens. Repercutem diretamente na sala de aula. E isso traz problemas porque fica difícil de definir o perfil dos alunos. Se é desinteresse escolar, timidez, irresponsabilidade. Muitas vezes, o professor não está preparado para lidar com essas situações. Outro elemento que

dificulta o trabalho do professor é o uso inadequado do aparelho celular em sala de aula por alguns alunos. A família ausente acarreta um acúmulo de responsabilidade para a escola pública, visto para esse profissional como a maior dificuldade vivenciada hoje. “A questão da transferência da responsabilidade da família que é colocada na escola é a maior dificuldade que nós estamos vivenciando, hoje, na Escola pública”, afirma o professor 05.

No entendimento do Professor 06, as dificuldades enfrentadas são as “salas superlotadas e o desinteresse dos alunos, o que dificulta o repasse dos conteúdos”. Esses factores não proporcionam um ambiente favorável para que haja um bom ensino e aprendizagem. O Professor 07 aponta várias dificuldades, como “o professor não é valorizado ainda na Educação Pública Brasileira”, a questão salarial que não dar condições de investir na profissão, estudos, aquisição de tecnologias. Ele também se refere às estruturas físicas das Escolas, com espaços restritos e sem ventilação, tecnologias insuficientes e salas superlotadas. E acrescenta ainda a falta de autonomia para direcionar e planejar os conteúdos curriculares que serão trabalhados durante o período letivo. Outro obstáculo apresentado é a excessiva carga horária que traz o esgotamento de energias do professor.

“O Ensino Médio brasileiro oscila entre seguir um modelo nacional ou ficar a cargo dos projetos das próprias escolas”. Essa situação cada vez mais, cria obstáculos para o professor como também ao aluno. São expressões usadas no debate de gestão escolar, através da coluna coordenada por Juca Gil (Professor de Políticas educacionais do Rio Grande do Sul- UFRGS). Para alguns, é a etapa de preparação para o ingresso na Educação Superior, outros veem como objetivo para a profissionalização e o ingresso no mercado de trabalho. A História nos faz lembrar, que a primeira concepção busca atender aos filhos das classes dominantes, que seguem o projeto dos pais e assim perpetua a elite. A segunda é entendida como a solução para a classe pobre, que não pode conseguir um diploma superior, pois precisa trabalhar para ajudar no sustento da família.

Diante das respostas dos professores, percebe-se que as dificuldades enfrentadas por eles no seu dia-a-dia escolar são imensas, e ele como um transformador precisa inovar, criar estratégias que venham melhorar seu trabalho.

Para que o professor possa realmente se atualizar e inovar, é necessário que ele primeiro tenha o desejo e a motivação, e a escola como instituição também se renove, não só,

modernizando seus laboratórios, mas também, dando condições reais para que o professor realize um trabalho dinâmico, inovador, instigador, utilizando toda a tecnologia que dispõe aos seus alunos.

Com base nessa necessidade, Moran destaca: "O que deve ter uma sala de aula para uma educação de qualidade"? "Precisa fundamentalmente de professores bem preparados, motivados e bem remunerados e com formação pedagógica atualizada. Isto é incontestável" (MORAN, 2004, p.15).

A Escola precisa rever suas ações e o seu papel no aperfeiçoamento da sua prática educativa, sendo necessária uma análise sobre seus conceitos didáticos-metodológicos, na busca de uma adequação pedagógica ao atual momento, buscando assim a sua função transformadora e idealizadora de conhecimentos pautados no resultado de suas ações de forma concreta. Somos cientes de que as dificuldades das escolas são várias: nas estruturas físicas, material didático e material permanente insuficiente, poucos profissionais preparados para as novas tecnologias, ausência da família, alunos desmotivados. A Escola precisa estar atenta aos novos acontecimentos e ter como propósito contextualizar a realidade da Escola com a realidade vivenciada pelos educandos, tornando a educação mais próxima e condizente com seu dia-a-dia.

Assim afirma Gadotti (2000, p.6):

Neste começo de um novo milênio, a educação apresenta-se numa dupla encruzilhada: de um lado o desempenho do sistema escolar não tem dado conta da universalização da educação básica de qualidade: de outro, as novas matrizes teóricas não apresentam ainda a consistência global necessária para indicar caminhos realmente seguros numa época de profundas e rápidas transformações.

A partir da fala do autor acima citado e das falas dos professores, constata-se que as dificuldades que trazem obstáculos no trabalho do professor continuam.

5. ATUAÇÃO DO ESTADO

A Constituição Federal, art. 205, proclama: "a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando

ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho".

Com base nesse artigo, o Professor 01 inicia sua fala e complementa com a responsabilidade de cada esfera do governo, em relação à Educação do ensino fundamental, na responsabilidade do Município; ensino médio fica na responsabilidade do Estado e o ensino superior, por conta da União.

O Estado tem a colaboração da União para manter o ensino médio, pois as demandas são muitas. Enquanto isso, o Estado cria estratégias para criar políticas públicas e destinar recursos que favoreçam, com acesso das pessoas à educação e, que essa educação seja de qualidade.

Entrando no contexto cearense, percebe-se que os governos têm se preocupado com a qualidade de ensino e com os resultados apresentados pela margem de 600 escolas do Ensino médio no estado do Ceará.

As Credes, que são os centros regionais, e que estão mais próximas das Escolas, se esforçam para dar um bom acompanhamento às Escolas, oferecendo orientações, apoio técnico, tudo que é possível para ter uma aprendizagem satisfatória. Mas todo esse trabalho não é suficiente para que o Estado dê conta de todas as demandas e exigências que o Ensino precisa. Para que de facto aconteça uma educação de qualidade. "Muita coisa ainda precisa ser feita infelizmente" (Professor 01).

No entendimento do professor 02, a atuação do Estado em relação ao professor na questão Formação, ele, o Estado, proporciona aos docentes constantes atualizações por meio de curso de extensão e até mesmo curso de Mestrado, com ênfase aos docentes da Capital do Estado. Com relação ao aluno, muitos projetos chegam às escolas, para incentivar a permanência do aluno no ambiente escolar e, assim tornar-se efetivo. Os exemplos de projetos, temos: "Ao gosto do aluno, Hastag – Cheguei Ensino Médio". No aspecto Infraestrutura da Escola, pouca coisa é feita pelo Estado. "A escola foi ficando de certa forma abandonada no tocante a infraestrutura" (Professor 02).

Já na visão do Professor 03, são apontadas duas formas de atuação do Estado.

Primeira - a promoção de cursos à distância como formação para melhorar a prática pedagógica; segunda - seria o melhoramento da estrutura física e a reposição de

equipamentos tecnológicos para trabalhar em sala de aula. Diante dessa fala, o professor diz que a Estrutura física da Escola está precária e os equipamentos tecnológicos não são suficientes. Então a atuação do Estado está deficiente.

O Professor 04 entende que o estado tem o papel de “mantenedora financeira e pedagógica”, ofertando merenda escolar, material didático, ou seja, oferece estrutura didática-pedagógica para melhorar e aperfeiçoar o trabalho do professor. Mas, no que se refere à estrutura física, existe um “déficit”. Ou seja, a Escola de Ensino Médio necessita de melhoramento nas suas dependências.

A atuação do Estado, na visão dos professores entrevistados, despertou vários questionamentos. O Professor 05 fez uma análise, englobando vários factores. Iniciando pelo item permanência do aluno na Escola, ele questiona: “se é dever da família e do Estado a Educação, por que os alunos não estão permanecendo na escola?” O aluno faz o ensino fundamental e quando conclui o 9º Ano, está apto a ingressar no ensino médio. É percebido pela escola e toda sua equipe que nessa etapa do ensino médio, os alunos estão diminuindo, eles não aparecem na mesma proporção que aparecem no ensino fundamental. E esse fenômeno pode-se dizer assim, não para o que se torna questionável. E quando chegam ao 3º ano, onde se encerra o ensino médio, a presença desses alunos que ainda permanecem não tem perspectiva de vida futura. E ele pergunta: “O que o governo tem feito em relação a isso”? Sobre esses jovens?

E voltando para o contexto da escola, é visto uma infraestrutura decadente, necessitando de reparos, recursos tecnológicos para auxiliar no trabalho dos professores. Outro factor preocupante, na fala do professor, é a deficiência da estrutura física e a carência de recursos humanos, para cuidar da segurança da Escola, que por várias vezes foi invadida por vândalos, levando consigo objetos tecnológicos, que já são insuficientes para o trabalho pedagógicos, como também destruindo ambientes da escola, que já não tem estado adequado. Diante deste depoimento, é preciso o estado repensar sobre sua atuação e a Escola, por outro lado repensar a sua função.

Na concepção do Professor 06, o Estado tem tentado fazer o seu papel mas, quando o assunto é infraestrutura da escola, segurança e recursos humanos, “ainda tá deixando bastante a desejar”, afirma o Professor 06.

Para encerrar esse tema, atuação do Estado, o professor 07, ele inicia sua fala, dizendo que “A Educação é um direito de todos, enquanto tem muito jovem fora da Escola”. Então a teoria não condiz com a prática, porque a educação oferecida está distante de significar o pleno desenvolvimento da pessoa e o seu preparo para o exercício da cidadania.

Se o Estado ainda não conseguiu suprir as carências de ordem financeira, de recursos humanos, de material de expediente para o trabalho de secretaria, o que dizer da formação do aluno?

Observando cada depoimento e questionamento dos professores acima, sem dúvida, a atuação do Estado não é a desejada pelos docentes.

O artigo 205 de nossa Constituição Federal de 1988 deixa claro: "A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho".

Uma bonita e forte redação, em que fala da efetivação desse direito à Educação que é também é anunciado e reforçado no artigo 6º da Constituição Federal, como primeiro Direito social. Como é um dever partilhado, Estado, Família com a colaboração da Sociedade no sentido de responsabilidade, então esses agentes precisam dar uma resposta à sociedade de seus papéis e esta por outro lado precisa dar sua colaboração, cobrando, incentivando os estudantes a dar sua participação de forma efetiva na Educação.

6. SUGESTÕES À ESCOLA PESQUISADA

A Escola objeto do nosso estudo, no decorrer dos seus 36 anos de existência, tem prestado um grande serviço à população varzealegrense, no aspecto social e educacional. Nos últimos anos, ela vem enfrentando dificuldades, uma crise que persiste até agora no ano de 2017, tanto no aspecto de estrutura física, da repartição enquanto instituição, quanto no trabalho sócio-pedagógico.

A evolução tecnológica trouxe muitas inovações, porém, as Escolas de ensino regular têm sofrido com esse avanço. À medida que o mundo se interliga através das redes sociais,

enquanto as comunicações se estreitam entre as pessoas do mundo inteiro, algumas Escolas, em especial a Escola estudada não acompanhou no mesmo “passo”, essa evolução.

O governo do Ceará tem feito um grande investimento nas Escolas Profissionalizantes, com estruturas belas e favoráveis para uma aprendizagem de qualidade, o que dá um novo olhar para os alunos que ingressam no Ensino Médio, e que buscam, além de concluir o ensino médio, também ter um curso profissionalizante.

Como profissional desta instituição, vi a necessidade de um estudo, no sentido de cooperar e buscar uma possível ajuda para melhorar o quadro que se encontra a Escola.

Aprendizagem insatisfatória, número de alunos que se evadem continuamente e de forma significativa. Os recursos que chegam à Escola continuam insuficientes e a maioria dos alunos desmotivados para o ingresso e a permanência no Ensino Médio com sucesso.

No estudo aplicado aos sete professores das áreas de Ciências Humanas, Ciências da Natureza e Matemática, e a de Linguagens, foram consultados professores de todas essas áreas que estão todos os dias em salas de aula, nos três turnos, como também professores que estão na área pedagógica. De forma proposital, o trabalho foi tomando este direcionamento para que o resultado aproximasse da possível verdade do problema que a Escola ora apresentada enfrenta.

Muitos temas foram abordados. Primeiro foi sobre as mudanças que o ensino médio tem passado durante a sua criação. Diante dessas mudanças, a existência dessa etapa da Educação Básica tem influenciado nas avaliações, sejam elas internas ou externas?

Pelas respostas, dos professores, não existe uma compatibilidade nos resultados das avaliações. O aluno avaliado na escola tem um rendimento diferente de quando ele é avaliado externamente. É como se o ensino fosse isolado e consequentemente a aprendizagem não ultrapasse as barreiras da Escola.

No segundo momento, o tema abordado foi a Teoria contida na Legislação da Educação brasileira. E o professor faz uma análise do seu trabalho, se está coerente com a Lei que regulamenta a Educação.

Muitos foram os posicionamentos e justificativas dadas por eles.

Na terceira abordagem, é colocada a questão da Identidade do Ensino Médio. Embora estejamos na quarta LDB, ainda assim, esse problema não foi desvendado. A maioria dos

professores vive esse dilema. Não sabe como lidar com os alunos, quando se refere ao objetivo, função ou mesmo a finalidade do ensino médio.

No quarto ponto da entrevista é apresentado o artigo 205 da Constituição Federal, que menciona o dever do Estado e da família. É um momento oportuno para saber da atuação do Estado na Escola de Ensino Médio de Várzea Alegre. Pelas falas apresentadas pelos participantes, é notória a falta de participação do Estado em alguns aspectos relevantes da Escola. A ausência é justificável para a deficiência em alguns pontos importantes exercidos pela Escola, exemplo a aprendizagem.

O quinto e último ponto apresentado na entrevista é sobre o Impacto da legislação no Ensino Médio para o professor. Como a reforma apresentada ainda está em fase de ajustes, de adaptação, alguns professores não acreditam nas mudanças. Porque a Lei apresenta algumas melhorias, mas por outro lado, o Governo Federal anuncia cortes por meio de medidas, o que inviabiliza essas inovações através da reforma apresentada.

Diante do que foi citado acima, a sugestão mais viável é que a Escola de início juntamente com toda a sua Equipe Pedagógica estude, escute e analise através de seminários as falas de cada profissional aqui exposto, comparando os autores e Leis, os quais se basearam para responder cada assunto apresentado. Posteriormente, que esse encontro se estenda à CREDE 17, com o Coordenador Regional e Superintendentes, Órgão o qual a Escola regionalmente é subordinada. Em seguida esse estudo, vai necessitar de discussões e registros, mobilizados com a Comunidade Escolar e os Órgãos Colegiados.

Deverá ser um momento ímpar da Escola, discutindo seus sucessos e retrocessos com os protagonistas da sua História. Embora a solução não seja imediata, mas as causas do problema sejam analisadas e divididos entre as responsabilidades com quem é de direito.

Para finalizar o estudo, sugere-se que seja tudo documentado e assinado pelos representantes da Escola e enviado para a Secretaria de Educação do Estado (SEDUC) e para o Governo do Estado objetivando conhecer a realidade da Escola e buscar juntamente com toda equipe pedagógica melhorias em todos os aspectos. Para isso, a Escola tem que ser ativa, literalmente, acompanhando e cobrando dessas esferas maiores, respostas concretas, através de telefonemas, de ofícios, visitas, solicitações de audiências. E dentro do ambiente escolar, intensificar o trabalho de motivação onde todos se engajem para mudar o quadro em a Escola

se encontra, ou seja, com pouca aprendizagem, alunos desmotivados, estrutura física inadequada e problemas de evasão. Acredito que quando a Comunidade escolar é sensibilizada e convidada a fazer parte da história de uma Instituição, os resultados aparecem e a educação é o caminho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Falar em Educação no Século XXI é um tanto desafiador, pois a Era Tecnológica com todo seu encanto desbravador, chega com tanta rapidez aos mais longínquos locais, que o ser humano também se adaptou a esse modo de vida atual, que tem na sua essência a rapidez das informações e das respostas.

A educação escolar vive um dilema nos dias atuais, visto que a aprendizagem requer do aluno o ato de pensar, raciocinar, fazer de novo. Então o pensar no processo da aprendizagem é algo valioso, primordial. Mas atualmente, esse é um grande desafio para os professores: levar os nossos alunos a pensar.

A temática escolhida, intitulada como: “O impacto da Legislação no Ensino Médio. Percepções dos professores de uma escola pública brasileira” traz uma grande satisfação, tendo em foco o sentimento de responsabilidade.

A Educação brasileira passa por novos rumos em busca do melhoramento e aperfeiçoamento dos seus currículos.

A atual Lei de Diretrizes e Bases é apresentada à Comunidade brasileira. Muitas mudanças são apontadas, mas sempre de cima para baixo. Decisões que deveriam sair das reuniões de professores, de reunião de pais, dos colegiados escolares, são tomadas nos gabinetes por autoridades, profissionais que não conhecem as realidades das escolas públicas deste país, principalmente as dos interiores do Estado, das regiões menos assistidas.

Falar em Educação nem sempre foi fácil aqui no Brasil, porque os Governos não veem com prioridade. Com a chegada dos Portugueses e posteriormente os Padres Jesuítas, como responsáveis pela educação dos filhos da elite portuguesa e brasileira, percebe-se que a instrução escolar era celetista, desigual.

Durante mais de dois Séculos, foi desenvolvido o trabalho de catequização para colonos, índios, negros e brancos, de forma que não atendia às necessidades daqueles indivíduos. Era uma Educação tendenciosa, era para atender aos anseios de uma classe. Então os que pertenciam ao grupo da elite eram conhecidos como intelectuais, o trabalho dos Jesuítas era mais criterioso, enquanto aos que pertenciam à classe trabalhadora, era oferecido

um ensino diferente. Era um ensino voltado para a instrução e formação. Além de catequizar os índios, os padres jesuítas também construíram colégios, do Ceará a Santa Catarina. Com o tempo, eles conseguiram certa independência, e tornou difícil a permanência aqui no Brasil.

A luta pela Educação continuou, e o Século XIX, devido à luta travada entre burguesia e proletariado, ficou conhecido como Século da Educação. Momento da revolução Industrial, separação da Igreja x Estado.

Já no Século XX, embora houvesse movimentos inovadores, não houve muitos avanços. Porém, momentos difíceis e desafiadores com a ditadura Militar. Por outro lado, a Educação brasileira passa a ter um norte com as primeiras Legislações a LDB nº 4024/61 e a LDB nº 5.692/71. A partir da redemocratização política do Brasil, novas “portas” se abrem. Em 1988, foi promulgada a Constituição vigente (1988), intitulada Constituição cidadã. Depois de 25 anos, para a melhoria da Educação brasileira “nasce” a terceira LDB, a nº 9394/96, com mudanças e esperanças, principalmente para a Educação infantil e a esperança de sistemas de financiamento.

A cada capítulo deste trabalho, são desenvolvidos temas que envolvem a base legal da Educação. E o terceiro está relacionado às Leis que a Escola trabalha na sua rotina escolar. Visto que deverão ser vivenciadas constantemente, porque são elas que legitimam a democratização dentro do recinto educacional, como as Diretrizes Curriculares, os Parâmetros, Regimento Escolar, Projeto Político Pedagógico e Conselho de Educação. São documentos oficiais que determinam metas e ações de trabalho das Escolas. Uns que já chegam prontos para serem executados e outros que são construídos dentro das escolas, com a participação de alunos, pais, professores, Núcleo Gestor, Colegiados e Comunidade civil organizada.

A pesquisa tem como intuito “acordar” essa comunidade, e dizer para ela, de que as mudanças vêm de “dentro”, da necessidade de cada um que faz parte desse todo chamado Escola de Ensino Médio de Várzea Alegre. Então foi necessária essa investigação sobre as mudanças que ela vem passando durante seus 38 de existência. Período este, “recheado” de vitórias, sucessos, mas também de crise nos seus resultados, tanto internos quanto externos, nos últimos tempos.

A Escola recebeu com alegria e maturidade por parte da sua equipe o convite e a permissão para adentrar na sua “intimidade” e buscar através de sondagens, pesquisas e entrevistas os motivos que tiraram a imagem de Escola referência.

Os professores foram socializados, através de reuniões e nos momentos de planejamentos sobre a pesquisa, e também a valiosa ajuda tanto no sentido teórico como prático, nas entrevistas. Vários temas foram abordados, de forma geral, em que envolve a Educação brasileira e também o contexto escolar em que os professores estavam inseridos.

Cada depoimento prestado observa uma angústia, e ao mesmo tempo, uma esperança de dias melhores na nossa educação. Cada um sabe do valor do seu trabalho, do poder de transformação que tem. Mas também é expresso por cada um, que existem aspectos que vão além do poder do professor.

A Educação é constituída por vários fatores e segmentos, divididos em esferas e que um depende do outro. E falar em Educação, em especial do Ensino Médio, a última etapa da Educação Básica continua sendo um grande desafio para os governos, estudiosos, e principalmente para as Escolas e Professores. Mudanças são anunciadas coma nova Lei do Ensino Médio, mas ainda são apenas teorias, nada mais. Não se pode falar em Escolas de Tempo Integral, quando as estruturas das Escolas Regulares não estão atendendo com dignidade nem os alunos que estudam em apenas um turno.

As Leis no Brasil chegam de “cima para baixo”, acredito que essa situação é um dos pontos que justifica a falta de efeito positivo nos nossos aparatos legais. Vivemos um tempo em que tudo é muito burocrático. Mas a burocracia não significa que temos que criar documentos apenas para atender exigências maiores. No caso das Escolas, das leis que as regulamenta, é preciso que seja dada importância as suas realidades. Que o Estado atue com maior frequência, e de forma igual, com todas as Escolas, pois a aprendizagem é o ápice da Instituição Educacional e se ela não acontecer a contento, se ela não tiver o efeito transformador, não aconteceu de facto e de direito a APRENDIZAGEM no seu verdadeiro sentido.

Embora ciente de que as sementes da Educação não chegam aos próximos “invernos” ou seja, a curto prazo, precisamos como sonhadores que somos, continuar o nosso trabalho, conquistando nossos alunos, buscando através das nossas falas, dos nossos testemunhos,

atitudes particulares e políticas, mudanças, muitas vezes pequenas, mas mudanças. Se analisarmos a nossa História na Educação, na Economia e na Política, estamos aos poucos mudando. Porque a mudança mais significativa, ao meu entender, é a de comportamentos, de posturas, e é essa que a Educação brasileira necessita, principalmente a que rege o Ensino Médio Brasileiro. Por isso, a população precisa de leis que transformem vidas, mas é preciso que a população se utilize dessas leis, compreendendo-as, contextualizando-as. E somos nós professores, formadores de opiniões que vamos sensibilizar nossos alunos, e eles terão consciência de que é possível mudar suas vidas, garantir o seu aprendizado e assim no final do 3º ano do Ensino Médio, poder decidir como um cidadão ciente dos seus deveres e direito entender o que é melhor para si.

O Estudo “O impacto da legislação no Ensino Médio. Percepções dos professores de uma escola pública brasileira representa uma reação de que algo não está bom e que precisa urgentemente de melhorias. E este estudo não é a solução, é o início de estudos posteriores para desvendar novas abordagens e impulsionar através da pesquisa, que poderá fazer parte das atividades concretas da referida escola para as possíveis soluções dos problemas que venham a aparecer.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANHA, M. L. de A. **História da Educação**. 2ª edição. São Paulo: Editora Moderna, 2003.

ARANHA, Maria Lucia de Arruda. Título: **História da Educação e Pedagogia- Geral e Brasil**. São Paulo: Moderna, 2006.

BAGNO, Marcos. **Pesquisa na Escola o que é como se faz**. 21 ed. São Paulo: Loyola, 2007.

BALL, S.J; MAINARDES, J. **Políticas educacionais questões e dilemas**. São Paulo: Cortez, 2011.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

BARROS, J.d. PCN- **Parâmetros curriculares nacionais**, 2016. Disponível em: <https://educador.brasilescola.uol.com.br/orientacoes/pcnparametros-curriculares-nacionais.htm>. Acesso em 12/ nov. / 2017.

BOYARD, Aluizio Peixoto e outros. **A Reforma do Ensino: LDB 5.692/71**. 33ª. ed. São Paulo: Ed. LISA, 2006.

BRAGA, Nayana. **História da Educação Brasileira - 2013** – Disponível em: <https://trabalhosgratuitos.com/Outras/Diversos/Historia-Da-Educa%C3%A7%C3%A3o-Brasileira-183577.html> – Acesso em: 10/out./2016.

BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Legislação e Gestão da Ed. no Brasil. Para entender a história.** ISSN 2179-4111. Ano 2. Volume Maio, Série 23/05, 2011, p. 01-16.

CAMBI, Franco. **História da pedagogia.** Tradução de Álvaro Lourencini. São Paulo: Fundação Editora da UNESP (FEU), 1999.

CASTRO, A.A. **Formulação da Pergunta de Pesquisa. Revisão sistemática com ou sem metanálise.** São Paulo: AAC; 2001.

CEARA. SEDUC - Secretaria da Educação Básica do Ceará. **A gestão pedagógica e o desempenho escolar.** Fortaleza: Edições, 2006.

CLASTRES, Pierre. **A sociedade contra o Estado.** Editora Cosac Naify, 2014.

Colunista-Portal da Educação. (s.d.). **Elaboração do Projeto Pedagógico, do Regimento Escolar e do Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE).** Disponível em: <https://www.poetaeducacao.com.br/conteudo/artigos/direito/elaboacao-do-projeto-pedagogico-do-regime-escolar-e-do-plano-de-desenvolvimento-da-escol=pde/45657> Acesso em: 03/ nov. / 2017.

COSTA, Célio Juvenal; MENEZES, Sezinando Luiz. A educação no Brasil Colonial (1549-1759). **Fundamentos históricos da educação no Brasil**, v. 2, p. 31-44, 2009.

COZBY, Paul C. **Métodos de pesquisa em ciências do comportamento.** São Paulo: Atlas, 2003.

CRESWELL, J. **Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto.** 3ª. ed. Porto Alegre: Bookman, 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil03/constituicao.html>. Acesso em: 15/maio/2015.

DUARTE, R. Entrevistas em pesquisas qualitativas. **Educar em revistas**, Curitiba, v.24, 2004.

ENCICLOPÉDIA MIRADOR (1972). Rio de Janeiro: In. **Britânica do Brasil Publicações Ltda.** v. 7, p. 1195. Disponível em: HYPERLINK <http://cei.edunet.sp.gov.br/subpages/projetos/projetos/professores/prodacademica>.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 43ª. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

GADOTTI, M. **Perspectivas atuais da Educação**. Porto Alegre: Ed. Artes Médicas, 2000.

GIL, Jucá (01 de junho de 2013). **Ensino Médio: etapa sem identidade**. Disponível em Gestão Escolar: <https://gestaoescolar.org.br/conteudo/241/ensino-medio-etapa-sem-identidade>. Acesso em 21/ nov./ 2016.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de esquisar** – como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 1997.

GOODE, W. J. & HATT, P. K. – **Métodos em pesquisa social**. 3ª ed. São Paulo: CIA Editora Nacional, 1969.

HEERDT, Mauri Luiz. **Construindo Ética e Cidadania todos os dias**. FILOSOFIA o início de uma mudança. Florianópolis, SC: Editora SOPHOS, 2005.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/>

KONDER, Leandro. **A construção da Proposta Pedagógica do SESC-** Rio. Rio de Janeiro: Editora SENAC, 2000.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Técnicas de pesquisa:** planejamento e execução de pesquisas, amostras e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. São Paulo: Atlas, 2008.

LAVILLE, C.; DIONNE J. **A Construção do Saber:** manual de metodologia da pesquisa em Ciências Humanas. Porto Alegre: Artmed, 2012.

LDBN – **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** – Nº 13.415/2017.

LDBN – **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** – Nº 4.024/1961.

LDBN – **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** - Nº 5.692/1971.

LDBN – **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** – Nº 9394/1996.

LEAL, E.J.M. **Um desafio para o pesquisador. A formulação do problema de pesquisa.** Contraponto, Itajaí, ano 2, n.5, p.227-235, maio/ago.2002.

LÜDKE Menga; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação:** abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, v. 986, p. 99, 1986.

MANACORDA, Mário Alighiero. **História da Educação: da antiguidade aos nossos dias.** São Paulo: Cortez, 2001.

MARTINS, Vicente. **O que é Legislação Educacional.** Brasília: MEC, 2010.

MASETTO, Marcos. **Didática: a aula como centro**. 4 ed. São Paulo: FTD, 1997 (Caderno aprender e ensinar).

MATOS, Audeir Souza. **Breve história da Educação Cristã – Dos primórdios ao século 20**. Fides Reformata, São Paulo, v. XIII, número especial, p.1-24, 2008.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 29ª. Ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (2000). **PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS**. Disponível em Portal do MEC: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/blegais.br>. Acesso em 10/ out./ 2016.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Brasília: MEC, 2013.

MONLEVADE, João. **Educação pública no Brasil: contos & descontos**. 2ª ed. Ceilândia – DF. Idea Editora, 2001.

MONTESANTI, Beatriz (24 de setembro de 2016). **Como é a reforma do ensino médio e quais são as críticas a ela**. Disponível em Nexo Jornal: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2016/09/24/Como-%C3%A9-a-reforma-do-ensino-m%C3%A9dio-e-quais-s%C3%A3o-as-cr%C3%ADticas-a-ela>. Acesso em 01/dez./2016.

MORAN, José Manuel. Os novos espaços de atuação do professor com as tecnologias. **Revista Diálogo Educacional Curitiba**, v.4, n.12, p.13-21. Maio/Ago/ 2004 Quadrimestral.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. Introdução à história da África. **Educação africanidades Brasil**, p. 33-51, 2006.

NISKIER, Arnaldo. **LDB nº 9.394/96 – A Nova Lei da Educação: uma visão crítica.** 3ª. Ed. Rio de Janeiro: Ed. Consultor, 2013.

OLIVEIRA, Almir de Almeida (23 de julho de 2010). **Observação e entrevista em pesquisa qualitativa.** Disponível em Web Artigos: <https://www.webartigos.com/artigos/observacao-e-entrevista-em-pesquisa-qualitativa/43258/>. Acesso em 01/ fev./2017.

OLIVEIRA, Gabriela. BRASIL: **Início Da Colonização e Catequese** – 2008. Disponível em: <http://gabrielaoliveira.pbworks.com/w/page/12188695/BRASIL%20-%20RESUMO>– acesso em: 10/out./2016.

PÁDUA, E. M. M de. O processo de pesquisa. In: Metodologia da pesquisa: abordagem panorama de sua evolução ao longo da história brasileira. **INTR@ CIÊNCIA**, p. 19, 2014. Teórico - prática. Campinas: Papirus, 1997, p.29-89 (Coleção Práxis).

PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais: atualizado e interativo. (s.d). Disponível em: Centro de Produções Técnicas: <https://www.cpt.com.br/pcn/pcn-parametros-curriculares-nacionais-documento-completo-atualizado-e-interativo>. Acesso em 19/ nov./2016,

PEREZ, Clotilde; & JUNQUEIRA, Luciano Prates (Orgs.). **Voluntariado e a gestão das políticas sociais.** São Paulo: Futura, 2002. Pp. 136-147.

PINTO, José Marcelino de Resende. O Ensino Médio. In: OLIVEIRA, Romualdo Portela; ADRIÃO, Theresa (Org.). **Organização do ensino no Brasil.** São Paulo: Xamã, 2002.

PNE - **Plano Nacional de Educação** – Lei Nº 10.172/2001.

PRODANOV, Cleber Cristiano & FREITAS, de Ernani Cesar. **Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho acadêmico**. 2ª ed. Universidade FEEVALE, 2013.

RIBEIRO, M.L.S. **História da Educação Brasileira: a Organização Escolar**. 20. Campinas, SP: Autores Associados Ltda, 2007

RUIZ, João Álvaro. **Metodologia científica: guia para eficiência de estudos**. 3ed. São Paulo: Atlas, 1991.

SAVIANI, Dermeval. **Da Nova LDB ao FUNDEB**. São Paulo: Editora Autores Associados LTDA, 2007.

SCHWARTZMAN, SIMON; BROCK, COLIN. **Os desafios da educação da educação no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, p. 9-51, 2005.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da Pesquisa e elaboração de dissertação**. Laboratório de Ensino a distância da UFSC, 2001.

VEIGA, Ilma Passos Alancastro; FONSECA, Marília (Orgs.). **As dimensões do projeto político-pedagógico: novos desafios para a Escola**. Campinas, SP: Papirus, 2001.

VITO, Rosana Vasconcelos; MELO, José Joaquim Pereira. Considerações sobre a ratio studiorum e a lei de diretrizes e bases da educação nacional Nº9394/96: a organização da educação em questão. **Educere-Revista da Educação da UNIPAR**, v. 15, n. 2, 2016.

APÊNDICES

Apêndice 1 - Termo de consentimento livre e esclarecido

Prezado Sr.(a).

Maria Lucimar da Silva Freire, CPF 346404283-91, no âmbito do mestrado em Ciências da Educação da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, está realizando a pesquisa intitulada “O IMPACTO NO ENSINO MÉDIO: percepções dos professores de uma escola pública”, que tem como objetivos realizar um estudo contextualizado das leis que fundamentam e embasam o ensino médio brasileiro; perceber junto dos professores, qual é o impacto da legislação do ensino médio, na escola onde são professores; perceber se a legislação ajuda ou prejudica nas suas práticas e na organização da escola. Para isso, está desenvolvendo um estudo que consta das seguintes etapas: pesquisa bibliográfica, escolha dos sujeitos da pesquisa, entrevista, análise e interpretação de dados.

Por essa razão, o (a) convidamos a participar da pesquisa. Sua participação consistirá em fornecer informações sobre a educação com foco no ensino médio a partir das seguintes categorias: impacto nos resultados das avaliações; impacto da legislação na mudança; teoria x prática; dificuldades no trabalho do professor; atuação do estado e sugestões.

Os benefícios esperados com este estudo são no sentido de trazer melhoria para a escola e com o resultado da pesquisa a escola possa realizar estudos e análises para realizações de atividades, planejamentos, encaminhamentos e intervenções para possíveis soluções.

Toda informação que o(a) Sr.(a) nos fornecer será utilizada somente para esta pesquisa. As respostas serão confidenciais e seu nome não aparecerá em para efeito de preservação de sua identidade.

A sua participação em qualquer tipo de pesquisa é voluntária. Caso aceite participar, não receberá nenhuma compensação financeira. Também não sofrerá qualquer prejuízo se não aceitar ou se desistir após ter iniciado a entrevista. Se tiver alguma dúvida a respeito dos objetivos da pesquisa e/ou dos métodos utilizados na mesma, pode procurar Maria Lucimar da Silva Freire ou Professora Marisa Pascarelli Agrello, Orientadora, Rua João Alves De Menezes, 215 Bairro Zezinho Costa, Cidade Várzea Alegre-Ceará, (88) 998672396, nos seguintes horários: 7H às 11H e 13H às 17H de segunda à sexta.

Local e data

Assinatura do Pesquisador

Apêndice 2 – Termo de consentimento

Pelo presente instrumento que atende às exigências legais, eu _____, portador (a) do Cadastro de Pessoa Física (CPF) número _____, declaro que, após leitura minuciosa do TCLE, tive oportunidade de fazer perguntas e esclarecer dúvidas que foram devidamente explicadas pelos pesquisadores.

Ciente dos serviços e procedimentos aos quais serei submetido e não restando quaisquer dúvidas a respeito do lido e explicado, firmo meu CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO em participar voluntariamente da pesquisa (“O IMPACTO NO ENSINO MÉDIO. Percepções dos professores de uma escola pública”), assinando o presente documento em duas vias de igual teor e valor.

Elizângela Albuquerque, 25 de maio de 2017



Assinatura do participante ou Representante legal

Maria Lucimar da Silva Freire

Assinatura do Pesquisador

Apêndice 3 - Roteiro da Entrevista

“O IMPACTO DA LEGISLAÇÃO NO ENSINO MÉDIO. Percepções dos professores de uma escola pública brasileira”

As informações contidas estão sob a responsabilidade de Maria Lucimar da Silva Freire, mestranda em Ciências da Educação pela Universidade Lusófona de Tecnologias – ULHT, Lisboa – Portugal. Servirão para pesquisa e elaboração da Dissertação de Mestrado. A autora se compromete a manter a confidencialidade dos dados fornecidos e apresentados nesta entrevista, e garante que os mesmos serão utilizados, única e exclusivamente, no âmbito do estudo acima sinalizado.

1. Dados de identificação

Data ____/____/2017 - Sua área de conhecimento _____

Escola Estadual em que é lotado (a): _____

Sua idade _____ Sexo: () masculino () feminino

Graduação (Curso/ Instituição/ Ano): _____

Disciplina (s) _____ Turma (s) _____

Vínculo empregatício com o Estado () Efetivo () Temporário

2. O impacto da legislação no Ensino Médio

01. O Ensino Médio Brasileiro passou por reformas, e isso viabilizou o trabalho do professor, dando condições de aprendizagem ao alunado. A partir dessas mudanças ocorridas no Ensino Médio, impactou nos resultados das avaliações?

02. O Ensino Médio é amparado por Leis. O trabalho realizado pelo professor atualmente, condiz com a teoria contida na Legislação?

03. O Ensino Médio vive uma crise de identidade. Isso em relação aos sérios problemas sobre a determinação de sua missão, de sua finalidade. Quais as dificuldades que você apontaria que mais trazem obstáculos no trabalho do professor?

04. “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa,

seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (C.F, art.205).

Qual a atuação do Estado na Escola na qual você desempenha o papel de professor?

05. Para você, professor, qual o impacto da legislação no Ensino Médio na atualidade?

OBS: (Autorização para gravação de sua entrevista).

Apêndice 4 – Transcrição das entrevistas

Professor 01

01. “Apesar das diversas reformas já realizadas no Ensino Médio, que nem sempre foi chamado de Ensino Médio, algumas questões pouco mudaram. Nós estamos já, na terceira Lei de Diretrizes e Bases – 9394. E em todas elas, o problema da avaliação, ele é sempre colocado. Avaliar é uma tarefa extremamente complexa. Os resultados das avaliações nunca são os resultados esperados. Dez anos atrás, o Brasil criou um Sistema de Avaliação que é o SAEB, que avalia a Educação Básica, as Escolas, e coloca as Escolas, os Municípios e o Estado dentro de um ranking, como é o caso do IDEB, que é o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica. Essa avaliação que é chamada de avaliação externa virou uma pedra no sapato de muita gente. No Ceará, nós temos o SPAECE que é o Sistema Permanente de Avaliação. Esses resultados tanto do SAEB, como do SPAECE, que são resultados externos, eles consistem num problema, que o professor e a escola precisam enfrentar. Eles revelam as fragilidades do Sistema educacional e a falta de qualidade do Ensino e, infelizmente, a Legislação por melhor que seja, ela sozinha não dá conta de melhorar o ensino, muito menos melhorar os resultados das avaliações.
02. “O magistério é uma profissão que está regulamentada por leis e por estatutos. O trabalho do professor, ele deve estar de acordo com as Diretrizes Curriculares, com os Parâmetros Curriculares, toda essa base legal e teórica orienta e ajuda a ação pedagógica e, certamente ajuda o professor a se situar enquanto profissional. Vale lembrar que essa base legal e teórica, ela apenas orienta, mas ela não determina a prática pedagógica, como ela deve ser. O professor possui liberdade de escolhas, para criar caminhos e estratégias novas que possa melhorar seu trabalho e o resultado de sua prática.”
03. “Essa crise de identidade, Dedê, ela é antiga. Esta etapa do Ensino Médio, já chamada de Ensino Secundário, Ginasial, eu lembro que no meu tempo era 2º Grau e hoje é Ensino Médio. Desde a Reforma Capanema, que foi em 1942, o ensino Médio não sabe ao certo se vai preparar o aluno para o ingresso na Universidade, ou se vai preparar o aluno para o Mercado de Trabalho, ou se vai preparar o aluno para a vida? Então, falta clareza de objetivos e de finalidades do ensino. Essa finalidade não é clara, isso implica nas escolhas de um currículo e também no trabalho do Professor. O professor fica sem saber direito pra que está trabalhando. Nós, professores, acabamos não sabendo ao certo o que nós estamos e para que estamos ensinando. Isso é muito negativo e limita o trabalho do professor, essa falta de clareza na finalidade do Ensino Médio.
04. “A Educação é realmente um dever do Estado, que é garantido por lei. Cabe a cada uma das esferas governamentais uma etapa do Ensino, isso está bem dividido. O governo estadual fica com a manutenção do Ensino Médio, o governo municipal do Ensino Fundamental e as Universidades, da União. Com a colaboração da União, os Estados procuram manter o Ensino Médio, já que não conseguem dar de conta de todas as demandas. E o estado de uma forma geral, ele deve criar políticas públicas e destinar recursos que favoreçam, com o acesso das pessoas na Educação e, que essa Educação seja de qualidade. Trazendo para nossa realidade, o Estado do Ceará, a gente tem visto, que os governos têm se preocupado com a qualidade do Ensino e com os resultados apresentados pela margem de 600 escolas do Ensino Médio no Estado do Ceará. As CREDES, que são as Regionais de Educação, elas se esforçam, para acompanhar as Escolas, oferecer orientações, apoio técnico, tudo. Mas nem sempre o Estado dá conta de todas as demandas e exigências que o Ensino precisa para que ofereça realmente uma Educação de qualidade. Muita coisa ainda precisa ser feita infelizmente.”
05. “Como já falei antes, desde Lei Capanema, já passamos por três LDB, estamos vivendo a de Nº 9394, a nossa atual LDB, em todas elas persiste esse problema da falta de identidade do Ensino Médio. Para que ele existe? É uma etapa de transição? Ele é a fase que consolida os ensinamentos do Ensino Fundamental? Nós sabemos, que em 2016 foi aprovada no Congresso uma reforma para o Ensino

Médio, os Estados, eles têm um período de implantação e, o Estado do Ceará ainda não implantou essa última reforma no Ensino Médio. E o que eu sei sobre a reforma, esse problema na identidade, persiste ainda mais de forma acentuada. A gente não tem certeza se volta para a questão do mercado de trabalho, se volta para preparar o aluno para que ele passe para o ENEM, que ele entre na faculdade, que curse o Nível Superior. Então, esse problema, pelo menos eu sei que ainda persiste. A gente espera com essa Reforma, com toda legislação vigente, com todas as leis e decretos que regulamentam o Ensino Médio, é que essas leis, decretos, legislação ela favorece no Ensino Aprendizagem, que ela venha consolidar essa aprendizagem do aluno desde a creche, passando pela duas etapas do Ensino Fundamental. E que esses três anos do Ensino Médio, sirva para que o aluno se sinta realmente preparado para dar uma sequência na sua vida, seja entrando numa faculdade, seja passando num curso, e ingressando no mercado de trabalho. Porque se o Ensino não conseguir fazer com que o aluno dê um prosseguimento na sua vida, não vai ter adiantado de nada na vida desse aluno”. P.R

Professor 02

01. “Ainda existe um longo caminho a ser percorrido pela escola, para chegar ao nível das avaliações de cima para baixo e, nem sempre analisa as peculiaridades existentes em um país com tanta pluralidade”.
02. “Em grande parte sim, mas o professor precisa adequar de acordo com as necessidades do aluno. Sendo assim, ele se obriga a fugir de algum modo da lei para trabalhar a vida do aluno.”
03. “A falta de estrutura familiar; a falta de interesse perspectiva por parte do aluno e o professor muitas vezes se sente impotente e desestimulado diante dessas questões.”
04. “Com relação ao professor, o Estado proporciona aos docentes a sua constante atualização por meio de curso de extensão e até mesmo curso de mestrado, para profissionais de educação do Estado. O mestrado voltado mais para os professores da capital, os do interior ainda estão engatinhando para chegar lá. Com relação ao aluno, também são muitos projetos que incentivam a permanência do aluno na escola e sua efetividade aprendizagem como projeto: ao gosto do aluno, #(hashtag) cheguei Ensino Médio. Mas a grande deficiência do Estado, pelo menos, na escola que eu trabalho está com relação do cuidado com infraestrutura da escola, o tempo passou e a escola foi ficando de certa forma abandonada no tocante a sua infraestrutura.”
05. “Com relação ao Ensino Médio, é muito vago a questão do objetivo do ensino médio, enquanto última etapa da educação básica. Nessa etapa nós devemos preparar o aluno para a vida, para o mercado de trabalho ou para o ENEM vestibular? O que devemos fazer?” (AM)

Professor 03

01. “Sim, pois hoje o professor não utiliza somente métodos tradicionais, como prova, para avaliar o aluno. Ele pode ser avaliado por meio de trabalhos, atividades que faz na sala de aula e em casa, por sua participação nas aulas.”
02. “Acredito que sim, pois o professor atualmente deve ser formado na área em que atua o que facilita o seu trabalho. Além disso, os docentes devem ser assegurados pela União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios com curso de capacitação e aperfeiçoamento, para melhorarem suas práticas pedagógicas.”

03. “São muitas, porém algumas são mais impactantes no trabalho do professor, a disciplina do aluno, sua desmotivação, muitos sabem que vão sair da escola e não vão ter uma perspectiva de futuro, a pouca participação da família na educação dos filhos.”
04. “Ele tem duas, está tendo duas atuações. Uma é que ele promove cursos, cursos à distância, como é o que a gente tá participando agora, certo? Mas infelizmente está deixando a desejar em algumas outras partes como as estruturas físicas que estão precárias, nós não temos mais equipamentos tecnológicos necessários para trabalhar em sala de aula. E esses equipamentos tecnológicos atualmente eles são importantes pro trabalho do professor.”
05. “O principal impacto que se ver no Ensino Médio é que hoje ele pode ser ofertado na modalidade técnica e profissionalizante não mais só no Ensino Médio, é...normal. Só que infelizmente, nem todos os alunos têm acesso a essas modalidades citadas. Poderia ser ofertados em todas as escolas pra que ele já saísse com uma base técnica, um curso profissionalizante.” (VV)

Professor 04

01. “Impactou inicialmente com a superlotação nas salas de aula, depois uma cultura de aprovação para o nivelamento das idades e por consequência da aprovação temos alunos com déficit de conhecimento no qual acarreta um baixo resultado nas avaliações internas e externas.”
02. “Muito pouco. Pois a legislação que ampara o Ensino Médio é muito ampla, não indica qual o norte devemos seguir, se preparamos nossos alunos para o ingresso no Ensino Superior ou para o mundo do trabalho ou simplesmente para a cidadania.”
03. “Falta de base de conhecimento do aluno e a falta de interesse, visto que, com... sem o norte para, se vai ser para o ingresso no Ensino Superior ou para o mundo do trabalho, o aluno ainda tem desinteresse pela educação.”
04. “O estado, tem o papel de mantenedora financeira e pedagógica e ofertando merenda escolar, material didático, estrutura para o trabalho do professor. Mas em compensação há um déficit ainda na parte da estrutura da escola.”
05. “As recentes reformas e as anteriores deixam a escola ainda um pouco sem norte, sem aquela é definição de que rumo tocar. Momento, estamos preparando para o mundo do trabalho, outro momento estamos preparando para o Ensino Superior e esse impacto deixa um pouco a escola e o trabalho do professor de certa forma complicado, pois o aluno não tem interesse amplamente definido. Ele não sabe se vai querer ingressar no Ensino Médio ou Ensino Superior ou se vai querer só o mundo do trabalho. Então, o impacto principal é o desinteresse atualmente dos alunos.” (AA)

Professor 05

01. “Mesmo com toda essa mudança que vem ocorrendo no Ensino Médio, o que é percebido é que de acordo com os resultados apresentados, inclusive o do ano passado né? Pegando por base 2016, o nível dos alunos da maioria das escolas públicas do Estado do Ceará eles não apresentaram crescimento. No caso, nossa escola, nós vimos esses resultados piorando a cada ano.”
02. “O trabalho do professor condiz, né? Em parte com a teoria da LDB. É, nós conquistamos por exemplo o terço do planejamento, né? A formação adequada por exemplo, o professor ele só pode lecionar hoje

no Ensino Médio inclusive e também no Ensino Fundamental se ele tiver uma formação adequada, é, nós já temos pouco é...de vez enquanto aparece formações continuadas é... nosso ingresso na Escola Pública também hoje só acontece a partir do concurso público ou se não é... no caso temporários com seleção, entrevistas, né? As vezes provas e inclusive o plano de cargos e carreiras já foi conquistado também.”

03. “É... hoje nós lidamos com uma sociedade que passa por várias transformações e dentre essas transformações nós vimos muita crise, crise sociais, né? Na convivência das famílias é... nós vivemos com lidamos com alunos que nós temos, precisamos definir, diferenciar e definir quais os perfis desses alunos se são desinteressados, quem é irresponsável, quem é tímido. Então isso é uma... na verdade, é uma dificuldade que nós encontramos, nós também identificamos e temos que identificar e compreender essa relação dessas dificuldades que o aluno tem e que muitas vezes nós não estamos preparados para lidar com essas dificuldades, nós precisamos também disputar a atenção desses alunos com o celular né? Que vem atrapalhando bastante as aulas, a gente passa muito tempo pedindo para desligar, pedindo para guardar esse telefone e assim a nossa... a questão da transferência da responsabilidade da família que é colocada na escola é a maior dificuldade que nós estamos vivenciando hoje na escola pública.”
04. “Nós sabemos que com a LDB, né? Como você leu ai no artigo 205 é dever do Estado né? E é direito da família é... o acesso desse aluno na escola, a educação. Porém, a escola ainda, o Estado ainda ele não está garantindo essa permanência desse aluno na escola. Nós vivemos ai é... por algum motivo e a gente ainda tá tentando descobrir esses, não estão permanecendo na escola. Nós sabemos que há uma disseminação ai de quando saem do 9ºano para entrar no 1º ano do Ensino Médio, há uma diminuição de alunos e quando a gente vai observar no final do processo, no 3º do Ensino Médio a gente observa que esse número aí que é reduzido. Então assim, alguma coisa nós precisamos observar melhor, indagar mais, mas eu acredito que em relação a nossa escola nós estamos vivendo essa crise existencial desses meninos, eles não sabem o que querem é...eles não sabem o que fazer, não tem perspectiva de vida. E assim, o que é que o governo tem feito em relação a isso? O governo não pode pensar, a gente não pode pensar o governo vai fazer dentro da escola e fora o que é que essas pessoas, essas famílias tem vivenciando, tem conquistado, quais são as perspectiva de vida que eles têm? E assim, em relação a nossa escola Maria Afonsina Diniz a gente percebe hoje é...uma infraestrutura decadente necessitando de reparos, necessitando de também recursos tecnológicos, os professores hoje cada um que queira fazer uma aula, se quiser fazer uma aula diferenciada utilizando recursos, uma aula mais dinâmica em relação a recurso né? É necessário que compre Datashow ou um notebook, porque a escola não fornece e quando tinha né? Porque nós já tivemos é...o que acontece por conta de insegurança os vândalos, os próprios alunos, os vândalos vêm a escola nos finais de semana e invadem e carregam o que a gente tem. Então assim, há é...redução de verbas por quê? Porque se nós tivéssemos uma escola mais segura tanto em infraestrutura como pessoa pra tomar conta da escola nos finais de semana, vigias, seguranças nos finais de semana e durante a noite também e durante a semana com certeza poderia assim, não tenho certeza, mas poderia melhorar essa relação aí.”
05. “A LDB constitui atualmente um dos principais documentos né? Que busca legitimar e assegurar a democracia e a qualidade, a gratuidade e a igualdade entre outros factores em âmbito nacional. Ela também impulsionou a criação de políticas publicas que auxiliam na democratização da educação como é o caso da criação de conselhos, de plano nacional de educação, ampliou modalidades que hoje nós temos EJA, nós temos educação inclusiva, educação indígena. Embora, sejam apontados ainda esses avanços é evidente que há ainda vários factores que precisam ser atendidos para que de facto a educação seja democrática e principalmente ela tenha qualidade.” A.B

Professor 06

01. “Na minha opinião, ainda é uma coisa nova, ainda essa reforma do Ensino Médio e ainda não deu para sentir o impacto nas avaliações, não.”
02. “A legislação atual garante aos professores uma formação continuada, mais no meu ver esta formação ainda é incapaz de atender às reais necessidades, para se consolidar a formação com eficácia. O professor, atualmente, ele estando em sala de aula ele também tem que exercer outras funções né? Como: disciplina e aí vai reduzir no repasse aos conteúdos e consequente aprendizado dos alunos.”
03. “Eu creio que seja no caso assim: salas superlotadas fica mais difícil da gente repassar assim os conteúdos, também a falta de interesse de muitos alunos também. Eu acho que sejam insuficientes pra serem aplicados um bom ensino e aprendizagem.”
04. “O Estado assim, eu vejo que ele tem tentado fazer o papel dele, mas em se tratando da parte de infraestrutura nas escolas, de segurança, recursos humanos ainda tá deixando bastante a desejar.”
05. “A gente vive em uma Era de incerteza, né? E as mudanças elas sempre trazem impacto ou a gente se adapta ou então vai sofrer as consequências, mas eu não deu ainda pra sentir ainda o impacto ainda dessa legislação ainda não.” L.B

Professor 07

01. “As reformas que aconteceram no Ensino Médio brasileiro ainda não proporcionaram a melhoria da qualidade da educação. Uma prova disso, pode ser comprovado pelos péssimos resultados das avaliações externas: IDEB, SPAECE e PISA. Não podemos dizer que a educação melhorou quando ainda temos alunos concluindo o Ensino Médio sem conseguir interpretar e redigir um simples texto, e também sem saber resolver simples contas de dividir e multiplicar. Então não podemos dizer que a Educação melhorou.”
02. “No artigo 3º da LDB Lei 9.394/96 vem determinando que a Educação deve ser ministrada com base em alguns princípios e um deles (inciso VII) é a “valorização do profissional da educação escolar”. Essa valorização – em se tratando do Ensino Médio, nas escolas públicas – ainda não aconteceu, pelo menos nos últimos cinquenta anos, onde o professor é totalmente desvalorizado: inadequação salarial; péssimas condições de trabalho; salas de aula superlotadas; falta de autonomia pedagógica; carga horária excessiva. Essa situação mostra que o professor é valorizado somente no plano teórico, enquanto que a realidade é totalmente diferente. E tudo isso reflete no ensino-aprendizagem com o péssimo desempenho do aluno que pode ser comprovado nos resultados das avaliações externas.”
03. “O professor não é valorizado ainda, pelo menos o da Escola Pública brasileira. O salário do professor é péssimo, não faz justiça ao trabalho discente, que além da sala de aula deve investir na sua profissão com muita leitura, estudos e aquisição de tecnologias. As condições de trabalho são péssimas, sem ventilação, espaço restrito, sem tecnologias e com a superlotação da sala de aula. O professor não tem autonomia para planejar e direcionar os conteúdos curriculares que serão ministrados, pois ele já os recebe para trabalhar com os seus alunos. Outro obstáculo é a carga horária excessiva, que a cada dia esgota as energias do professor.”
04. “A Educação é um direito de todos, enquanto tem muito jovem fora da escola. E a educação que temos está muito longe de significar o pleno desenvolvimento da pessoa e o seu preparo para o exercício da cidadania. Na escola em que trabalho, o Estado ainda não conseguiu resolver as carências de material para a secretaria, as carências de servidores, a carência de recursos financeiros, enfim. Se essas questões ainda não foram resolvidas o que dizer da formação do cidadão?

05. Eu acho que a nova Lei não vai resolver a questão. Falar em educação em tempo integral, sem direcioná-la para todos os alunos; e o que é pior: como vai realizar educação em tempo integral se congelou (através de um PEC) os investimentos em educação por vinte anos? E como as escolas de Várzea Alegre irão oferecer todos os itinerários formativos? Como vai oferecer educação profissional, que exige estrutura e equipamentos? O que ocorre no Brasil – quando o assunto é Ensino Médio, sobretudo – é que a Legislação (LDB, Lei 9.394/96) diz uma coisa que muitas vezes não tem a confirmação na realidade educacional brasileira. Tomemos como exemplo o artigo 35 dessa lei, dizendo que uma das finalidades do Ensino Médio (inciso III) é “o aprimoramento do educando”. O impacto diante da reforma, que não passou pelo debate com os professores e pais de alunos, é previsível: enfraquecer ainda mais o Ensino Médio e, consequentemente distanciar os nossos alunos da busca da autonomia intelectual e do pensamento crítico, ou seja, excluir os jovens do exercício pleno da cidadania.” A.A.O.S

a